SAMUEL DE JESUS

ECOS DO AUTORITARISMO

A Ditadura Militar revisitada

UFMS
Grupo de Estudos de História Política e Estratégia

Samuel de Jesus

ECOS DO AUTORITARISMO

A Ditadura Militar Revisitada

Copyright 2018 by Samuel de Jesus

JESUS, Samuel de. Ecos do Autoritarismo. A Ditadura Militar revisitada. Edição do Autor (Grupo de Estudos de História Política e Estratégia – UFMS), Coxim, 2018.

Militarismo, Democracia, Política, Estratégia, autoritarismo.

Sumário

PARTE I: ECOS DO AUTORITARISMO

1. A urgência do livro "O Estado Militar na América Latina" de Alain Rouquié.

Página 08

2. A participação dos militares na queda de Dilma Rousseff e na manutenção do Golpe de 2016/A Comissão Nacional da Verdade/Operação Condor e a repressão aos militares de esquerda

Página 25

3. Apontamentos sobre a Política Nacional de Defesa.

Página 67

PARTE II: A DITADURA REVISITADA

4. Relações extra-oficiais entre EUA e Brasil (1964-1980)
Página 83

5. Caparaó. A gênese da guerrilha no Brasil
Página 103

PARTE I

ECOS DO AUTORITARISMO

1

A urgência do livro "O Estado Militar na América Latina" de Alain Rouquié.

O atual contexto da política brasileira faz necessária a leitura ou releitura de importantes livros que nos permitem entender as conjunturas políticas fomentadoras das ditaduras latino-americanas. Entre março e abril de 2014 estávamos relembrando os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 e pequenos grupos, mas em várias cidades do Brasil foram às ruas pedindo uma nova intervenção militar. Por mais tresloucados que pareciam ser (e realmente o eram), seu gesto foi sintomático. No mesmo dia, em evento solene na Câmara dos Deputados, seu presidente, Henrique Eduardo Alves, afirmou que em sua gestão jamais permitiria o ocorrido em 1964. Alves se referia ao gesto do ex-presidente do Senado Auro de Moura Andrade que colaborou com o Golpe civil Militar de 1964 ao mentir, dizendo que o presidente Goulart

não se encontrava em território brasileiro e por isto a cadeira da Presidência da República estava vaga.

A utilização de um livro para o entendimento de acontecimentos contemporâneos preocupantes poderá trazer respostas e suscitar ainda outras dúvidas e temores perturbadores. Sobretudo utilizar o livro *O Estado Militar na América Latina* para entender as oposições napoleônicas ao governo Dilma e o seu pragmatismo político pode parecer exagerado, inconveniente aos que dizem se tratar apenas de um governo que aderiu aos cânones do neoliberalismo contemporâneo e que, portanto não é possível estabelecer qualquer paralelo entre o caso de Allende e Dilma. Porém algumas perturbações no cenário político, assim como algumas invocações militarescas nos fazem pensar que essa afirmação (sobre a impossibilidade do paralelo entre Allende-Dilma) pode não fazer sentido. O presente artigo procura verificar se esse chamamento militar possui eco na sociedade brasileira ao ponto de levar o Brasil a uma intervenção bonapartista das Forças Armadas Brasileiras. O livro que se faz urgente a sua leitura é *O Estado Militar na América Latina*. Neste livro, seu autor, Alain Rouquié (1984), afirma que a busca dos grupos civis por alianças com os militares, demonstra uma fraca coesão do grupo dirigente, chamada de *crise de hegemonia*. Isto se deve ao fato de que os setores dominantes (quando perdem sua legitimidade dirigente), invocam a caserna a reequilibrar a balança do poder a seu favor. Neste sentido podemos refletir sobre a equação social que levou Brasil, Argentina e Chile à ditadura militar.

As condicionantes para o surgimento dos Estados Militares na América Latina: o caso do Brasil

Segundo Rouquié (1984) podemos observar na História do Brasil Republicano a presença de um *Poder Militar Moderador,* ou seja, um poder que segundo os militares brasileiros conservaria a "ordem" e garantiria o "progresso". Esse Poder Moderador Militar pode ser constatado nas seis intervenções militares que corresponde aos anos de 1937, 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964. Dessas, três resultaram em tomada do poder (1937, 1945 e 1964), outras três em intervenção sem tomada do poder (1954, 1955, 1961). Este fato indica um sistema civil com fortes componentes marciais, possibilitada pela atitude de partidos e forças políticas civis que prolongam suas ações junto aos exércitos, quase de forma institucionalizada, ou seja, recorrem às forças armadas para a manutenção de seu *Status Quo*.

Foi o caso da UDN, que era chamada frequentemente de *UDN militar* e que teve um papel decisivo na pressão política que levou ao suicídio de Vargas e, sobretudo no Golpe Civil e Militar de 1964. A essa lógica Rouquié (1984) denominou *lógica pretoriana* que é a obtenção de apoio militar por partidos e grupos políticos cujo objetivo é o de amplificar seu poder. No caso do Brasil existe uma relação muito importante entre o Estado e as Forças Armadas Brasileiras. A burocracia estatal militar sempre teve no Brasil um alto nível de autonomia. A

continuidade política sempre ocorreu através de intervenções militares periódicas.

> Dessa forma, as oposições cultivam hoje, como ontem, dependências militares, tanto para aumentar seu poder, como para afastar as autoridades do momento, e os sucessivos governos procuram obter uma legitimidade que parece ser decisiva. Os militares por seu lado selam alianças com os partidos (ou com os sindicatos), às vezes simplesmente para satisfazer ambições pessoais, mas na maioria das vezes para reforçar uma tendência ou clã contra seus adversários institucionais. (ROUQUIÉ, 1984, p. 325).

As ambições pessoais de um Pinochet no Chile, Stroessner no Paraguai, Castelo Branco, no Brasil e Jorge Videla, na Argentina, foram, sem dúvida, uma motivação a mais para a manutenção do seu grupo de sustentação no poder. Por outro lado as Forças Armadas não são um monolito, assim como Hector Saint Pierre (1993) destacou a existência da CEA e CEO, ou seja, o primeiro; o núcleo progressista e alternativo das FFAA e o segundo, o grupo dos duros, também chamado; Concepção Estratégia Oficial. Estes dois grupos militares distintos se alternavam no poder durante a Ditadura Militar (1964-1985) e perduram ainda hoje.

O já mencionado estrategista civil Héctor Saint Pierre (1993) salienta que o conceito de hegemonia permeia a Concepção Estratégica Oficial - (CEO). O

crescimento do país (nacional) só é possível através da garantia, para o Brasil, da hegemonia regional. Segundo essa estratégia a projeção hegemônica é determinada hierarquicamente na relação entre os países. A questão se resume na determinação de que país irá ter a maior influencia econômica, cultural, política e militar ao ponto de impor e garantir essa presença regional. Dessa maneira os países vizinhos são considerados "inimigos potenciais" competidores ou adversários da "vontade nacional".

A CEO considera possível uma sub-hegemonia regional exercida pelo Brasil. A partir dessa consideração, existe duas possibilidades para exercer esse papel. Primeiro, a via do consentimento dos EUA (superpotência); assim os militares brasileiros estariam inseridos no dispositivo estratégico estadunidense. Segundo, pela via do confronto que não era considerado pelos adeptos da CEO até o final da Guerra Fria (1989). Para a CEO a estratégia torna-se impossível sem a presença de um inimigo, interno ou externo, atuante ou potencial que é resolvido através da Doutrina de Segurança Nacional. (SAINT PIERRE, 1993, pp. 36 e 38.).

Durante o Governo Médici (1969-1974), a orientação da política externa brasileira foi a de projeção política sobre a América Latina por meio da "diplomacia da prosperidade"; assim esse governo colaborou com os golpes da Bolívia (1971), Uruguai (1973) e Chile (1973), O Plano de Desenvolvimento do Governo Médici pretendeu, sobretudo assegurar ao Brasil a viabilidade política, econômica e social, ou

seja, o papel de "Grande Potência". O sucesso econômico do Brasil sob o governo Médici provocou a exacerbação de um nacionalismo agressivo, imperialista que buscava status de potência hegemônica na América do Sul. (CAPELATO, 2000, pp. 310).

Argentina e Chile

No caso argentino, a especificidade da sociedade argentina devia-se e ainda se deve, sobretudo, a existência de um grupo dominante nacional relativamente homogêneo que detém o prestígio e domina a economia. O exclusivismo de uma minoria, sobretudo a predominância setorial da grande burguesia social é garantida através de um acesso exclusivo ao Estado. Essa burguesia é capaz de colocar obstáculos à hegemonia social de qualquer grupo que pretenda se tornar dominante. É no âmbito das alianças setoriais que advém o equilíbrio entre esses grupos, no entanto esse relativo equilíbrio impede a sua hegemonia política.

Embora essa elite econômica não possua a hegemonia política, ela tem poder de veto econômico capaz de fazer qualquer governo perder sua legitimidade. Esses grupos sociais elitistas devem tudo ao Estado argentino, pois no século XIX receberam dele propriedades e benesses como operações comerciais vantajosas e transferências de recursos. Segundo Rouquié (1984), um sistema político que goza de pouca autonomia e a implantação de um grupo dominante como este são as condições

favoráveis que podem levar a uma situação pretoriana, ou seja, de interferência militar na vida política de uma nação.

As Forças Armadas Argentinas, muito embora, não operasse sobre as ordens de nenhum grupo entre as camadas dominantes, representaram um óbice ao avanço das camadas sociais frente ao Estado.

> Na Argentina, o exército também não é nem o partido das classes médias, nem o protetor da burguesia industrial, nem a ponta de lança da grande burguesia agrária ou das sociedades multinacionais. Suas intervenções modificam a direção das transferências entre setores e desempenham o papel de inversor das correntes sociais. (ROUQUIÉ, 1984).

No caso do Chile dos anos 30, a estabilidade política era resultado de um complexo e moderno sistema partidário. Esse sistema congregava também forças revolucionárias e anticapitalistas. Era possível a existência desses grupos devido ao caráter precoce da formação de um Estado centralizado no Chile, sobretudo a ausência de fenômenos políticos como o *Caudilhismo*.

A Guerra do Pacífico também contribuiu decisivamente, pois a anexação de ricas províncias do norte consolidou uma relativa unidade nacional, o que possibilitou uma dissociação entre poder político e

econômico fazendo também com que o sistema representativo ganhasse autonomia. Contudo nos anos 60, o governo de Eduardo Frei abalou o sistema político ao apoiar novos setores sociais excluídos do jogo político e da vida social, procurou reformar as estruturas econômicas arcaicas. Quando Allende e a Unidade Popular chegaram ao poder em 1970 o sistema se encontrava impactado pela crise de hegemonia iniciada no governo Frei e, em 1964 ocasionou uma ruptura entre as classes dominantes tradicionais e a burguesia moderna.

Frei procurou reformar as estruturas econômicas arcaicas, empenhou-se, sobretudo em integrar uma camada marginalizada à política e sociedade chilena, assim formou conselhos populares, aprovou uma lei de Reforma Agrária, assim ao mexer com a situação dos camponeses liberou forças que posteriormente o sistema não teria condições de controlar pela via democrática. Segundo Rouquié (1984, p. 274). *Abrindo a Caixa de Pandora da participação dos excluídos, Frei rompeu com o "pacto social implícito" sobre o qual repousa a democracia chilena.* Frente a um quadro de emergência dos setores marginalizados, é desenvolvida pela a direita uma nova ideologia antidemocrática que designa ao Exército relativa autonomia para repelir aquilo consideravam um "perigo". Após o *Tacnazo*, uma espécie de greve militar contra a degradação do orçamento militar e dos soldos considerados irrisórios passa a ser questionada a sua submissão à constituição e a neutralidade militar. Soma-se a isso o fato dos novos comandantes das unidades militares chilenas possuírem uma orientação estratégica antissubversiva.

No caso do contexto chileno dos anos 70, Allende é um símbolo de socialismo pela via institucional. O Chile já tinha experimentado um governo progressista liberal e tudo indicava que Allende representaria um desenvolvimento desta opção Chilena. Certamente o governo Allende representou a ruptura de um consenso que levou a perda do controle político pela elite chilena que recorreu à caserna para o restabelecimento do Status Quo.

Brasil e o contexto atual (2010-2014)

O Domínio do patrimonialismo é um tipo de domínio institucionalizado que se assentou no tradicionalismo. O patrimonialismo estatal incentivou o setor especulativo da economia sob o comando político, para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar. Na transição entre o Estado Monárquico e Republicano, o indivíduo passou de súdito à cidadão, o Estado mudou de senhor para se tonar servidor, guardou a autonomia do homem livre, expressão da vontade geral institucionalizada. O Estado burguês de Direito, mas a realidade brasileira hoje é a persistência secular da estrutura patrimonial resistindo ao capitalismo.

O que estamos observando recentemente não é qualquer coisa se considerarmos a sociedade estamental descrita por Faoro. Ela ainda possui raízes profundas no jeito de fazer política no Brasil. Podemos observar este fato na quantidade de

ministérios do Governo Dilma que é obrigado a operar como um grande *guarda chuva político* para ter sustentação política no Congresso Nacional. Esses compromissos mostram as nossas raízes clientelistas, calcada ainda no compadrio e na cordialidade observada por Sérgio Buarque de Hollanda.

Existe no Brasil hoje um conflito de gerações. A geração velha, apta às antigas práticas terratenentes aristocráticas que encontrava na compra do voto ou nos resquícios coronelísticos a sua manutenção. Por outro lado, possuímos uma juventude que reivindica o fim da corrupção e a formação de um Estado que ecoe sua voz. Muito embora, suas reivindicações sejam legitimas, a ingenuidade e imaturidade destes jovens poderão conduzi-los à fácil manipulação por um grupo que opera tal como um quarto poder, o setor das comunicações. Esses grupos estão ligados a uma elite liberal de adota os preceitos do Consenso de Washington, defendem a redução do tamanho do Estado, que na prática consiste em amplo processo de privatização das empresas estatais, assim como cortes na área social, redução do salário mínimo, estimulo ao trabalho informal, chamadas hoje, na Europa, de "política de austeridade".

Por outro lado, a previsão de vitória da presidente Dilma Rousseff em 2014 gera tensões entre amplos setores da elite brasileira, principalmente a elite liberal obediente aos cânones do Consenso de Washington e o setor de comunicação que não consegue reproduzir seu poder (constituído em aparato midiático) em benesses e predomínio político

e social. Esses setores alijados do poder geram tensões com o objetivo de criar fissuras institucionais que permitam compartilhamento ou até mesmo domínio da máquina dirigente. Alguns grupos tentam jogar um jogo perigoso e de resultados imprevisíveis. Tal jogo é o mesmo tentado por uma elite política que, no início dos anos 60, não admitia a chegada de João Goulart ao poder e assim apoiaram o Golpe Civil-Militar de 1964. Entre esses opositores estavam Juscelino Kubitschek, Ulisses Guimarães e Sobral Pinto. Como todos sabemos o endurecimento do Regime com o Ato Institucional n° 01 suspendeu seus direitos políticos e levou-os ao exílio.

O governo Dilma reúne um espectro amplo de partidos, e, é difícil governar assim, pois exige a abertura de concessões, pactuações e dizer "não" muitas vezes cria muitos dissabores. Na conjuntura brasileira atual uma oposição parlamentar deixaria o governo sem apoio, o que levaria o Governo Federal ao isolamento e a uma crise institucional. Atualmente, partido de oposição como o PSDB e seus agregados políticos apostam nisto, parte considerável da base aliada está começando a achar um bom negócio à oposição ao governo.

Observando a recente conjuntura política em que se encontra o Governo Dilma (2011-2014) podemos afirmar que as alianças que a conduziram ao poder estão afetando agora a sua governabilidade, principalmente a composição com o faminto PMDB, o partido mais fisiológico da República brasileira. Seu

apetite está sendo capaz de gerar grandes desobediências weberianas ao governo.

Um governo politicamente instável ou fraco oferece o pior dos mundos aos seus cidadãos. O Caso Allende no Chile em 1973 é um grande exemplo de um governo que caiu por não ter um leque de alianças e por estar isolado.

> A Unidade Popular, que detém o governo, mas não o poder, visto que a Câmara, o aparato judiciário e uma boa parte da administração lhes são hostis, saberá pagar o preço das boas relações com os militares. (ROUQUIÉ, 1984, p. 288).

Sobre o fato do isolamento do governo socialista de Allende não deve ficar somente na conta da burguesia, sobretudo foi a divisão interna dos socialistas e sua rejeição em buscar alianças como, por exemplo, com a Democracia Cristã que os levaram a um impasse institucional.

> O Partido Socialista, partido do presidente, assim como o MIR não queriam a preço nenhum uma aliança com a burguesia nacional através da democracia cristã. Sua estratégia e, inclusive oficialmente a expansão do programa da U.P. (ROUQUIÉ, 1984, p. 289-290).

A posição "puritana" do Partido Socialista Chileno e a adoção da ideia de formação de uma "Ditadura Popular", assim como a destruição do "Estado Burguês" (o que seria conseguida por meio

de uma guerra civil), arregimentou uma aliança entre as classes médias e a burguesia para repelir a "ameaça" socialista. O Governo Allende sofreu um golpe brutal e mergulhou o Chile em uma longa e sangrenta ditadura.

> Os partidários de uma "Ditadura Popular" que pediam a destruição de um Estado Burguês, e, dessa forma, minavam os fundamentos do governo socialista, teve um peso muito grande em toda essa história. Aqueles que no próprio seio da coalização governamental, anunciavam como inevitável uma confrontação e clamavam por uma guerra civil, criando irrisóriamente cordões de autodefesa indistrial (as cordones) que desmoronarão sem combate a 11 de setembro, sem dúvida contribuíram para as atemorizadas classes médias fossem oferecidas pela direita em uma bandeja. (ROUQUIÉ, 1984, p. 290, 291).

No caso da mídia chilena de 1973 lembra muito a atual campanha de setores hegemônicos da mídia brasileira contra o governo Dilma. (ROUQUIÉ, 1984, p. 290, 291). Afirma que a *hábil propaganda da imprensa "burguesa" cobria suas primeiras páginas com os excessos cometidos pelo MIR* e que eram relacionados ao governo, assim a mídia esforçava-se para *criar a imagem da desordem econômica e social.* O mês de junho de 2013, no Brasil, foi marcado pelas grandes manifestações populares que passou a rejeitar os políticos e a estrutura política. A mídia conseguiu transferir a grande parte destas insatisfações ao Governo Dilma,

muito embora o movimento fosse contra todos os governos em âmbito municipal, estadual e também federal. Pediam os manifestantes hospitais "padrão FIFA". Uma crítica contundente aos gastos federais com a Copa do Mundo do Brasil.

Considerações finais

As ditaduras militares representam um triste capítulo da história latino-americana, afinal representou um retrocesso democrático. No Brasil mesmo após 50 anos ainda estamos querendo respostas. A Comissão Nacional da Verdade já elucidou alguns casos ao reunir documentação mantida em sigilo pelos militares, assim como na Argentina onde o processo está mais avançado que no Brasil, o que comprova isso são condenações e prisões como a do ex-presidente da Argentina, General Videla, assim como muitos responsáveis pelos mortos e desaparecidos durante a ditadura Argentina.

Ao entendermos quais as condicionantes históricas que permitiram o surgimento das ditaduras militares, percebemos que é válido questionar se a mesma conjuntura histórica não está se reconfigurando ao ponto de permitir atualmente incursões militares sobre a democracia? O jogo dos partidos de oposição, setores radicais pedindo intervenção militar e a oposição da mídia que

tenta criar a imagem da desordem econômica. Esse é o objetivo deste presente artigo, ou seja, refletir por meio da leitura do clássico *O Estado Militar na América Latina.*

Evidentemente que a conjuntura atual é muito diferente, pois o período autoritário, conduzido pelos militares, trouxe muitos desgastes a instituição militar que busca hoje restabelecer confianças dos setores civis. Nós também não estamos em um contexto semelhante ao da Guerra Fria. Sobretudo, existe uma rejeição na América Latina aos governos autoritários ou ditatoriais. O que constatamos é que, pelo menos em parte, essas condicionantes (que poderiam levar a um golpe) existem, mas não encontrarão respaldo para levar o país a uma intervenção militar. De qualquer maneira é preciso atenção em relação a essas forças adversas que pretendem atentar contra a estabilidade política do Brasil, afinal, subestimá-las poderia ser um grande erro.

Bibliografia

ROUQUIÉ, A. **O Estado Militar na América Latina**. - São Paulo: editora alfa-ômega, 1984.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Racionalidade e Estratégia. In: Premissas. Campinas:

NEE/UNICAMP. Vol. 3, abr. 1993.

2

A participação dos militares na queda de Dilma Rousseff e na manutenção do Golpe de 2016

A Comissão Nacional da Verdade

Operação Condor e a repressão aos militares de esquerda

Entre março e abril de 2014 estávamos relembrando os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 e pequenos grupos, em várias cidades do Brasil, foram às ruas pedindo uma nova intervenção militar. Por mais tresloucados que pareciam ser (e realmente o eram), seu gesto foi sintomático. No mesmo dia, em evento solene na Câmara dos Deputados, seu presidente, Henrique Eduardo Alves (posteriormente preso pela Operação Lava Jato), afirmou que em sua gestão jamais permitiria o ocorrido em 1964. Alves se referia ao gesto do ex-presidente do Senado Auro de Moura Andrade que colaborou com o Golpe civil Militar de 1964 ao mentir, dizendo que o presidente Goulart não se encontrava em território brasileiro e

por isto a cadeira da Presidência da República estava vaga.

Em 18 de março de 2016, o Comandante do Exército Brasileiro General Eduardo Villas Bôas afirmou:

> *"Eu acho lamentável que, num país democrático como o Brasil, as pessoas só encontrem nas Forças Armadas uma possibilidade de solução da crise (...) Os três aspectos se interrelacionam e, em consequência, é uma crise para ser solucionada dentro desses ambientes, principalmente o ambiente político e jurídico (...) Não há paralelo com 1964, primeiro porque hoje nós não temos o fator ideológico. Naquela época, nós vivíamos a situação de Guerra Fria e a sociedade brasileira cometeu o erro de permitir que a linha de fratura da Guerra Fria [a] dividisse. Isso não existe mais. O segundo aspecto é que hoje o Brasil tem instituições sólidas e amadurecidas, com capacidade de encontrar os caminhos para a saída dessa crise (...) Os três aspectos se interrelacionam e, em consequência, é uma crise para ser solucionada dentro desses ambientes, principalmente o ambiente político e jurídico"*. (Comandante do Exército: "É lamentável clamor por intervenção militar" In: Brasil 247, 18.03.2016)

As afirmações do Comandante do Exército, General Villas Boas, merecem ser analisadas com atenção. Em relação ao "fator ideológico", evidentemente não podemos mais falar em ameaças comunistas, embora muitos afirmassem que o PT era comunista, mas certamente o "combate à corrupção" assumiu o lugar ideológico da "ameaça comunista" e por sinônimo de corrupção entendia-se a sigla PT. A segunda afirmação sobre o fato de que o Brasil possui instituições fortes para a superação dessa crise. Cabe a

pergunta: e se estas instituições não tivessem fortalecidas? As Forças Armadas iriam intervir?

Primeiros abalos da relação Dilma e Forças Armadas

Em 2013, Dilma recebeu, na base aérea de Brasília com honras de Chefe de Estado, os restos mortais do ex-presidente João Goulart que morrera durante o exílio no Uruguai. Esperava também, a viúva, a ex-Primeira Dama Maria Thereza Goulart que se encontrava muito emocionada. Existem suspeitas de que os ex-presidentes JK e João Goulart foram vítimas da Operação Condor. O documento entregue à Comissão Nacional da Verdade, expressando o desejo da família para a exumação dos restos mortais do ex-presidente Goulart poderia restituir a verdade.

Fonte: Rede Brasil Atual

Afirmou a presidenta Dilma Rousseff, em seu perfil no Twitter, pouco antes da solenidade. "Essa cerimônia que o Estado brasileiro promove hoje com a memória de João Goulart é uma afirmação da nossa democracia. Uma democracia que se consolida com este gesto histórico", disse Dilma, que ressaltou o fato de Jango ser o único presidente brasileiro a morrer no exílio, "em circunstâncias ainda a serem esclarecidas por exames periciais". O gesto de receber os restos mortais do ex-presidente deposto em 1964, certamente, não foi algo agradável para a cúpula militar. Este acontecimento estava ligado à Comissão da Verdade. ("Goulart recebe honras de Chefe de Estado nesta quinta" EBC, 14.11.2013)

A Comissão da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade, em março de 2013, obteve novos documentos ao investigar a Operação Condor. Estes documentos indicam que esta operação surgiu no Brasil em dezembro de 1970. Estas provas foram apresentadas pelo historiador Jair Krischke em entrevista cedida à Comissão Nacional da Verdade no dia 18.03.2013 em Porto Alegre. Essa entrevista foi feita com o único sobrevivente da primeira Operação Condor.

> "Jair Krischke – Já em 2007 foi pedido ao Ministério Público Federal que investigasse a morte de João Goulart. De lá para cá, o pedido de investigação já foi arquivado duas vezes sob

> alegação de que é impossível investigar o caso. Mas agora ele foi reaberto com a novidade de que foi entregue, assinado e formalizado em documento à Comissão da Verdade, expressando o desejo da família de que seja feita a exumação do cadáver. Esse pedido faz algumas exigências, como a de que a equipe que fará os exames seja altamente qualificada, reconhecida nacional e internacionalmente, que disponha de equipamentos capazes de, transcorridos tantos anos, fazer uma pesquisa ampla. Segunda-feira falamos que a morte de Jango é suspeita, assim como as mortes de Juscelino Kubitschek e de Carlos Lacerda. Eram três políticos brasileiros capazes de, num processo de transição, candidatarem-se e ganharem as eleições num processo de transição". (KRISCHKE, 2017)

Nos anos 70 ocorreram vários assassinatos como no caso do Uruguai, de Zelmar Michelini, Héctor Gutiérrez Ruiz, na Bolívia, de Juan José Torres, no Chile, do general Carlos Prats e, na Argentina, de Orlando Letelier, morto em Washington. Sem dúvida estes eram políticos que seriam protagonistas no processo de redemocratização de seus países. O mesmo pode-se afirmar em relação a JK e Jango. Na época de sua morte, o corpo de João Goulart não passou por uma necropsia. O certificado de óbito de João Goulart dizia apenas "Causa mortis: enfermedad". O médico que assinou o atestado de óbito era pediatra, e as autoridades militares impediram que fosse feita uma necropsia para determinar a causa da morte. E por que impediram?

O retorno do corpo do ex-presidente João Goulart à Brasília foi um ato político governamental em conformidade com o ato de criação da Comissão Nacional da Verdade. Dilma estava revolvendo um passado que as Forças Armadas Brasileiras gostariam de esquecer. A volta do corpo do ex-presidente invocou a memória da Ditadura Militar e a lembrança dos crimes cometidos pelos agentes do Estado Brasileiro. Seria feita uma análise pericial para determinar a causa mortis de Goulart, devido às suspeitas de que fora assassinado.

Os despojos de Jango foram encaminhados para o Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, onde ocorrerá a análise pericial que se acreditava determinaria a causa da morte do ex-presidente, assim colocando fim à dúvida sobre a possibilidade de Jango ter sido envenenado em seu exílio. A exumação do corpo foi realizada na quarta-feira (13), no Cemitério Jardim da Paz, na cidade de São Borja (RS) em um processo que durou pouco mais de 18 horas de trabalho, envolvendo 12 profissionais do Brasil, Argentina, Cuba e Uruguai. O médico João Marcelo Goulart, neto do ex-presidente, teve participação efetiva em todo o procedimento.

Em 01.11.2014, a então ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Ideli Salvatti, e os peritos criminais federais Amaury Alan Junior e Jefferson Evangelista Correa anunciaram que o resultado do laudo da perícia sobre a morte do ex-presidente do Brasil, João Goulart

foi inconclusivo, pois nas substâncias analisadas não foram identificados elementos para determinar se a causa da morte foi natural ou violenta.

A criação da Comissão Nacional da Verdade foi algo indesejável para os militares brasileiros. Segundo reportagem do Jornal O Globo, intitulada: Forças Armadas resistem à Comissão da Verdade é divulgado o teor de um documento produzido pelas Forças Armadas contra a CNV. Segundo a reportagem de Evandro Éboli os militares afirmam que a CNV seria uma retaliação política que abriria uma "ferida" no amálgama nacional, além da criação de tensões ao trazer de volta, o que consideram fatos superados, pois muitos que os vivenciaram estavam mortos.

Afirma a reportagem:

> "BRASÍLIA - Apesar da decisão da presidente Dilma Rousseff de bancar como prioridade a criação da Comissão Nacional da Verdade, as Forças Armadas resistem ao projeto e elaboraram um documento com pesadas críticas à proposta. No texto, enviado mês passado ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, os militares afirmam que a instalação da comissão "provocará tensões e sérias desavenças ao trazer fatos superados à nova discussão". Segundo reportagem de Evandro Éboli na edição desta quarta-feira do jornal O GLOBO, para eles, vai se abrir uma "ferida na amálgama nacional" e o que se está querendo é "promover retaliações políticas". Elaborado pelo Comando do Exército, o documento tem a adesão da Aeronáutica e da Marinha. No texto, os militares apontam sete razões para se opor à Comissão da

> Verdade, prevista para ser criada num projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em 2010. Os militares contrários à comissão argumentam que o Brasil vive hoje outro momento histórico e que comissões como essas costumam ser criadas em um contexto de transição política, que não seria o caso. "O argumento da reconstrução da História parece tão somente pretender abrir ferida na amálgama nacional, o que não trará benefício, ou, pelo contrário, poderá provocar tensões e sérias desavenças ao trazer fatos superados à nova discussão". As Forças Armadas defendem que não há mais como apurar fatos ocorridos no período da ditadura militar e que todos os envolvidos já estariam mortos. "Passaram-se quase 30 anos do fim do governo chamado militar e muitas pessoas que viveram aquele período já faleceram: testemunhas, documentos e provas praticamente perderam-se no tempo. É improvável chegar-se realmente à verdade dos fatos".(Forças Armadas resistem à Comissão da Verdade. In: O Globo. 08.03.2011)

A criação da Comissão Nacional da Verdade foi algo indigesto e que causou uma repulsa da cúpula militar ao Governo Dilma e ela sequer tinha ideia de seu impacto sobre os comandos. Seria mais um fato que destruiria a cada vez mais frágil sustentação de seu governo.

Fonte: planalto.gov.br

Militares no Golpe 16

A revelação das gravações entre o senador Romero Jucá e Sérgio Machado, em que Jucá afirma conversa com os comandantes das Forças Armadas pedindo o monitoramento do MST que promovia uma série de manifestações contra o impeachment e, em apoio a Dilma é um fato que causou surpresa, pois todos imaginavam um golpe eminentemente civil.

> "Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar". (JUCÁ & MACHADO. In: TV Folha 23.05.2016.)

Essa fala colocou os militares em cena, tirou o manto que escondia sua participação no impeachment,

mostrou também o grau de articulação dos golpistas para além do parlamento. É somente um fragmento, um lampejo em forma de palavras, mas tudo que foi mencionado pelo ex-ministro do Planejamento de Temer se confirmou posteriormente. Vários acontecimentos mostram o envolvimento militar na manutenção do novo governo. O lance seguinte foi a assinatura por Michel Temer do Decreto de 24 de maio de 2017 que autorizou as Forças Armadas a reprimirem as manifestações chamadas "Ocupa Brasília". Segundo Afonso Benitez que assinou reportagem do Jornal El País de 25.05.2017. Era a primeira vez, em período democrático, que a capital do país foi policiada pelos militares. O mesmo somente ocorreu durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Fonte: Jornalistas LIVRES

Em 2017, O General Mourão, ex-comandante Militar do Sul, afirmou:

> "quando nós olhamos com temor e tristeza os fatos que estão nos cercando, a gente diz por que não vamos derrubar esse troço todo. Na minha visão que coincide com a visão de meus companheiros do Alto Comando do Exército (...) nós estamos em um momento de aproximações sucessivas, até chegar em um momento que...ou as instituições solucionam o problema político (inaudível) Judiciário, retirando da vida pública esses envolvidos em todos os ilícitos ou nós teremos que impor, qual é o momento para isso? (...) nós temos planejamentos muito bem feitos. No presente momento, o que vislumbramos...os poderes terão que buscar a solução...se não conseguirem chegará a hora que nós teremos que impor uma solução e essa imposição não será fácil...ela dará problemas." (Integra da Palestra do General do Exército em Loja da Maçonaria. YouTube, 09.09. 2017)

Na semana seguinte, em entrevista no Programa do Bial, o Comandante Villas Boas elogiou Mourão e disse que ele não seria punido.

> "A maneira como Mourão se expressou...o Mourão é um grande soldado...gauchão...soldado...a maneira como ele se expressou deu margens a interpretações...um espectro bastante amplo deu margens à interpretações....mas ele inicia a fala dele que segue as diretrizes do comandante e as diretrizes tem sido a de promover a estabilidade, legalidade e preservar

> a legitimidade" (Veja o que o chefe do Exército falou na cara do Pedro Bial, YouTube, 20.09.2017).

Menciona o artigo 142 da Constituição:

"as forças armadas podem ser usadas na garantia da lei e da ordem por iniciativa de um dos poderes" mencionou o caso do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e voltou a citar o texto constitucional: *"as forças armadas se destinam a defesa da pátria e das instituições"* e serão utilizadas por um dos poderes ou em uma situação de caos, assim teriam um mandato para agirem e sobre a afirmação de Mourão relativa às *"aproximações sucessivas"* justificou que ele estava se referindo, por exemplo, às eleições: "caso não sejam solucionados os problemas, nós poderemos ter que intervir". (Veja o que o chefe do Exército falou na cara do Pedro Bial, YouTube, 20.09.2017).

Meses depois Mourão ganharia o pijama, ou seja, a aposentadoria. Com lágrimas no rosto, em sua despedida elogiou o notório militar torturador Brilhante Ustra e o deputado e candidato à presidência Jair Bolsonaro.

Com apenas 3% de popularidade, Temer, em meados de 2018, no período carnavalesco, abandonou a pauta econômica e articulações em torno da reforma da previdência. Colocou o tema da segurança em primeiro plano. Seu objetivo era capitalizar o apoio de parcela expressiva da população, favorável à intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro. A imprensa apoiou desde o primeiro momento. O jornalista Ricardo Boechat falando dos

microfones da Radio Bandeirantes afirmou que não importava quem fosse (mesmo se fosse Temer), mas a intervenção era necessária. Tratava-se de uma intervenção midiática, reivindicada pelas Organizações Globo e festejada pela TV Bandeirantes, entre outros, pois afinal, o Rio de Janeiro era a décima cidade mais violenta do Brasil. Fortaleza, capital do Ceará era a primeira. Causou indignação fotos mostrando a revista feita pelos soldados em bolsas de crianças que estavam indo à escola. Disseram: era um "aviso" aos traficantes. Esta revista foi ilegal, pois não contou com o consentimento e nem a presença de conselheiros tutelares. Outra violação sofrida pelas crianças foi o fato de terem seus rostos estampados na capa do Jornal Folha de S. Paulo em situação constrangedora, o que é proibido pelo Estatuto da criança e do Adolescente. A revista militar em crianças ganhou o apoio de amplos setores sociais favoráveis à intervenção. Paralelamente, o Exército começou a tirar fotos dos moradores da favela para identificação e controle de entrada e saída das comunidades. Um ato de constrangimento e humilhação. Sobre a intervenção, o Comandante do Exército General Villas Boas, exigiu de Temer uma medida que evitasse no futuro o surgimento de uma nova Comissão da Verdade. Esta afirmação foi chocante, pois evidenciou o ponto em que os militares poderiam chegar.

Fonte: Folha de S. Paulo

Antes do dia 03 de abril de 2018, um dia antes de o Supremo Tribunal Federal tomar decisão sobre a concessão de habeas corpus ao ex-presidente Lula, o General Eduardo Villas Bôas escreveu em seu twitter: "Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantem

atento às suas missões institucionais". (VILLAS BOAS, 2018)

Seu gesto foi interpretado como um enquadramento do Supremo, ou uma pressão sobre a Corte para que ela negue o pedido de Lula. No dia 04.04.2018, o ministro Celso de Mello ao proferir seu voto, respondeu ao Comandante do Exército: "Já se distancia no tempo histórico os dias sombrios que caíram sobre nosso país. A experiência concreta a que se submeteu o Brasil no regime de exceção constitui para esta e para as próximas gerações marcante advertência". Segue dizendo o ministro: "O respeito indeclinável à Constituição e às leis da República representa o limite intransponível a que se deve submeter os agentes do Estado, quaisquer que sejam os estamentos a que eles pertencem". (MELLO, 2018)

O Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, escreveu uma Comunicação Oficial na qual demonstra uma posição contrária ao do Comando do Exército, afirmou:

> "Nestes dias críticos para o país, nosso povo está polarizado, influenciado por diversos fatores. Por isso é muito importante que todos nós, militares da ativa ou da reserva, integrantes das Forças Armadas, sigamos fielmente à Constituição, sem nos empolgarmos a ponto de colocar nossas convicções pessoais acima daquelas das instituições". (ROSSATO, 2018)

Inicialmente os militares se encontravam escamoteados, apenas revelados pela fala de Romero

Jucá, mas os lances seguintes demonstraram sua participação de retaguarda ao Governo Temer. A repressão às manifestações em Brasília, após a revelação das gravações de Joesley e a intervenção militar no Rio, assim como o enquadramento do STF revelam que os militares estão participando ativamente da vida política do país, muito diferente do que afirmava Villas Boas, até recentemente. Durante a intervenção militar na segurança publica no Rio de Janeiro alguns analistas disseram que o Comandante do Exército era, pessoalmente, contra, mas agora observamos o envolvimento do Exército que atua com Temer e dá suporte às suas estratégias políticas. Cada vez mais, o Exército Brasileiro se envolve na crise política, de forma parcial e nitidamente pró-Temer. Isto reforça a tese de que vivemos ainda sob a tutela militar.

Repressão aos estudantes da UnB

Em 26 de abril de 2018 dezenas de estudantes da Universidade de Brasília promoveram uma manifestação pacífica na Esplanada dos Ministérios contra os cortes orçamentários e ao se aproximarem do prédio do Ministério da Educação foram alvejados por balas de borracha, também foram lançados sobre eles bombas de gás pela Polícia Militar. As fotos da cavalaria indo para cima dos estudantes em meio à fumaça de gás, fez lembrar a época da ditadura militar, nos anos 60. (Vídeo: PM bombardeia manifestação de estudantes da UnB. In: Revista Fórum 26.04.2018). Em maio de 2018, os caminhoneiros fizeram uma

paralisação por todo o país. Exigiam a redução do preço do diesel. Dentre eles, muitos pediram intervenção militar. Este é um pensamento corrente entre os setores mais conservadores, ou seja, uma crítica com perfil da extrema-direita. Temer foi quem recorreu à intervenção militar contra os caminhoneiros. Em Cuiabá, no dia 28 de maio de 2018, o Exercito fazia escolta de carretas que vinham de Rondonópolis. Neste momento, manifestantes que cantavam o hino nacional, resolveram bloquear a rodovia. Diante disso, o Exercito começou a atirar balas de borracha contra eles, no final do vídeo um popular disse: - *não é o Exército brasileiro?* (NOGUEIRA, 2018)

No dia 10 de maio de 2018, o caderno de política do portal G1 noticiou que: *"em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante a ditadura"*. O artigo faz referência ao memorando secreto cuja autoria do então Diretor da CIA Willian Egan Colby que foi entregue ao então Secretário de Estado Henry Kissinger. Os documentos foram revelados no Brasil pelo professor da Fundação Getúlio Vargas, Mathias Spektor. O documento fala um encontro entre o presidente Geisel, o chefe do SNI e futuro presidente General João Batista Figueiredo e os Generais Milton Tavares e Confúcio Danton Paula Avelino, pertencentes ao Centro de Inteligência do Exército - CIE. Este encontro tinha como objetivo a tomada de decisão para a execução dos considerados "perigosos subversivos" capturados pelos órgãos de repressão do regime. Os documentos informam que 103 foram os mortos no ano de 1973. Mencionamos

o portal G1, mas toda a imprensa brasileira repercutiu a divulgação destes documentos. O UOL notícias, por exemplo, em 11 de maio de 2018 publicou matéria com o título: *"último prego no caixão de Geisel" diz coordenador da comissão da verdade sobre memorando da CIA*. Para Paulo Sergio Pinheiro o documento funcionaria como uma "bala de prata" confirmadora dos trabalhos desenvolvidos pela comissão da verdade (2012-2014) e que já apontava a existência de uma cadeia de comando das mortes ocorridas nos "anos de chumbo". (SENRA, 2018).

Segue o documento:

99. Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger [1]

Washington, April 11, 1974.

SUBJECT

Decision by Brazilian President Ernesto Geisel To Continue the Summary Execution of Dangerous Subversives Under Certain Conditions

1. [*1 paragraph (7 lines) not declassified*]

2. On 30 March 1974, Brazilian President Ernesto Geisel met with General Milton Tavares de Souza (called General Milton) and General Confucio Danton de Paula Avelino, respectively the outgoing and incoming chiefs of the Army Intelligence Center (CIE). Also present was General Joao Baptista Figueiredo, Chief of the Brazilian National Intelligence Service (SNI).

3. General Milton, who did most of the talking, outlined the work of the CIE against the internal subversive target during the administration of former President Emilio Garrastazu Médici. He emphasized that Brazil cannot ignore the subversive and terrorist threat, and he said that extra-legal methods should continue to be employed against dangerous subversives. In this regard, General Milton said that about 104 persons in this category had been summarily executed by the CIE during the past year or so. Figueiredo supported this policy and urged its continuance.

Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml Extraído em 05.06.2018

Retomando a primeira afirmação de que o Exército Brasileiro espiona o MST. Este fato não é novo.

Espionagem do MST pelo Exército Brasileiro.

O jornal Folha de S. Paulo de 15 de agosto de 2001 publicava o artigo em que o jornalista Josias de Souza que divulgava relatório secreto que revelou a espionagem do Movimento dos Trabalhadores Sem terra por órgãos de inteligência do Exército Brasileiro. Josias afirma que o Exército deflagrou no final de 1998 um plano secreto para espionar o MST em 37 municípios da região norte como Eldorado dos Carajás e Parauapebas, chamou-se Operação Pescado que foi financiado com verbas públicas ocultas e possuiu duração indeterminada.

> *Em troca de irrisórias contribuições em dinheiro e pequenos favores -como consultas médicas-, uma "rede de informantes" coleta para o Exército dados sobre o MST, suas lideranças, políticos e partidos simpatizantes.*
>
> *Informações como essa, registrada em documento secreto de 25 de abril de 2000: "[...] foi verificado que o MST, juntamente com a CUT e o PT, vem montando uma brigada formada para o ataque e defesa em suas operações".*
>
> *O texto prossegue: "Conhecida como Brigada Cabanos, essa parcela do movimento tem se revelado uma organização paramilitar. É um dado que deve ser observado e confirmado durante as missões". "Tendo em vista o ano corrente ser eleitoral", anotou o serviço de inteligência do Exército no mesmo texto, "os partidos de oposição com certeza apoiarão, de forma direta e indireta, as ações de diversas entidades que têm como objetivo a desordem".* (SOUZA, 2001)

Segundo Josias os espiões do Exército estão vinculados à 23ª Brigada de Infantaria de Selva

produzem que produz "informes" semanais sobre o MST. Esta brigada vinculava-se ao Comando Militar da Amazônia.

> Os textos são redigidos num escritório de inteligência que funciona numa casa em área residencial de Marabá (PA). Seguem por uma escada hierárquica que vai do comando na Amazônia até Brasília. (SOUZA, 2001)

Essas informações iam parar na mesa do ministro da Secretaria de Segurança Institucional, o general Alberto Cardoso que selecionava as informações que chegavam ao, então, presidente Fernando Henrique Cardoso. Alguns exemplos deste tipo de informações: *Em 25 de abril passado, o governo foi informado, por exemplo, sobre protestos que o MST programava para o 1º de Maio.* Outra informação disponibilizada foi em relação a *vulnerabilidade de uma estrada de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, que corta o assentamento Palmares, no Pará, "um possível local para bloqueio" dos sem-terra.* (SOUZA, 2001)

O MST foi caracterizado pelo Exército como um grupo de perfil revolucionário que possui o *objetivo definido de tumultuar a ordem vigente e comprometer a confiança nas instituições e no regime atual do governo.*

A operação continuou no ano de 2000 sob o argumento de que:

> "São grupos, movimentos sociais, entidades e organizações não-governamentais [...] que provocam reflexos negativos para a segurança

> nacional. No momento atual, verificam-se exemplos dessas entidades no crime organizado, no narcotráfico e nos movimentos populares como o MST". (SOUZA, 2001)

Outras siglas estiveram sob a vigilância da Operação Pescado, dentre eles: MLT (Movimento de Luta pela Terra), MTRB (Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros), MNT (Movimento Nacional dos Trabalhadores), MMBTRST (Movimento Muda Brasil dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço da Igreja Católica no campo.

As informações não eram obtidas por infiltrados do Exército, mas por pessoas da comunidade, assim cada informante era caracterizado por nomes de peixes da região como Lambari e Pirarucu e repassam as informações por dinheiro, assistência à saúde:

> "Foi repassada uma quantia de R$ 100 em dinheiro para o informante Lambari, que estava com dificuldades financeiras", informa relatório de 30 de abril de 1999. "Foi repassado, a título de empréstimo, o valor de R$ 100 para o informante Pirarucu", anota documento de 30 de abril de 2000. (SOUZA, 2001)

Segue:

> "Pirarucu tem sido prestativo", diz documento de 22 de dezembro de 2000. "Vem alimentando o OI [órgão de informação] com dados de interesse para o sistema. Depois que recebeu ajuda

> financeira, demonstrou-se muito interessado em manter o órgão informado dos assuntos que nos são de interesse." (SOUZA, 2001)

Eram utilizados vários equipamentos para esta tarefa, dentre eles: máquina fotográfica, telefones celulares, por satélite e sofisticados sistemas de escuta eletrônica.

Esses documentos revelaram que a máquina de espionagem dos tempos da ditadura continuou intacta. Na gestão Itamar Franco, em 13 de junho de 1994 foi criado a Escola de Inteligência Militar do Exército com sede em Brasília. (SOUZA, 2001).

Os militares de esquerda contra a ditadura

Em 2013, a Comissão Nacional da Verdade de São Paulo produziu documentos muito importantes sobre a perseguição tortura e morte de companheiros de fardas. Destaca-se o valoroso trabalho do deputado estadual Adriano Diogo (PT-SP). Quando falamos sobre a Ditadura Civil-Militar quase não mencionamos o grupo de opositores militares ao regime que foram aniquilados de forma implacável pelo regime.

O *Movimento dos Sargentos,* ocorrido nos quartéis no final da década de 1950 e início de 1960, teve o objetivo de modificar os estatutos militares, pretendiam politizar os militares, cunharam o termo; *sargento também é povo fardado*. Os estatutos militares

faziam restrições aos graduados (subtenentes e sargentos), por exemplo, não podiam se casar antes de completar cinco anos de serviço, nem andar em trajes civis, e só podiam se profissionalizar depois de cinco anos. Os que já eram profissionais, muitos próximos dos 40 anos, não tinham os mesmos direitos que os jovens recém-saídos da Academia Militar. Em 1961 se engajaram na luta para garantir a posse do vice-presidente João Goulart. Os sargentos uniram-se aos soldados e cabos em uma perspectiva legalista, ou seja, a defesa da Constituição. (MACIEL, 2013).

Procuramos adicionar à historiografia sobre o Regime Militar (1964-1985) documentos resgatados pela Comissão Nacional da Verdade e divulgados ao grande público. Relatam as perseguições, prisões e torturas cometidas por policiais contra policiais, sobretudo aqueles considerados comunistas ou realmente filiados ao PCB. Os presentes relatos reforçam e ampliam o conhecimento sobre as arbitrariedades cometidas não mais contra militantes dos grupos civis armados, os guerrilheiros, mas contra seus companheiros de ofício. Arbitrariedades reveladas pela historiografia e que, agora adquirem ainda mais informações com os materiais divulgados pela Comissão da Verdade. O senso comum difunde a idéia de que "todos" os militares juntamente com os civis desfecharam o golpe contra a democracia em 01 de abril de 1964, porém a História dos Sargentos desmente esta afirmação.

Dividimos a analise dos relatos em três tópicos de interesse. O primeiro é sobre a origem dos

sargentos. Estas informações são importantes para entender como se inicia a consciência política e engajamento político de alguns sargentos e posteriormente sua inserção nos círculos castrenses. Em segundo é o relato da atuação que o levou à prisão. Este fato revela os métodos utilizados pela repressão em relação aos seus companheiros considerados subversivos e terceiro o relato de perseguições, torturas e assassinatos cometidos nos porões da Ditadura que recebiam tanto civis quanto muitos militares de esquerda.

Origens

Começamos pelo relato de Vicente Sylvestre, ex-sargento da Guarda Civil de São Paulo. Cresceu em um bairro operário, o seu pai era operário ligado ao Partido Comunista. Conta que após a Segunda Guerra Mundial, tinha 15 ou 16 anos e no momento da legalização do Partido Comunista do Brasil – PCB – *foi uma festa muito grande no bairro porque trabalhadores, operários que a gente conhecia, chefes de família, homens exemplares e se revelam, então, integrantes do Partido.* Tinha um entusiasmo juvenil pelo PCB, revela: *Aquilo foi um entusiasmo muito grande, a gente vinha falar queria saber tudo sobre o partido. Então, eu me entusiasmo e...* muito embora negue envolvimento com o partido, segue: *Mas não me envolvo com nenhuma organização, fiquei só na... Recebendo notícias, tal, mas sem participação na vida do Partido.* (SYLVESTRE, 2013).

O sargento José de Menezes Cabral conta sua origem humilde no distrito de Ibaretama, município de Quixadá, estado do Ceará, hoje é município Ibaretama, trabalhou até dezessete anos no meio rural, depois serviu o Tiro de Guerra. Na sequência foi trabalhar de balconista na construção do Açude Rosado Lisboa, o Banabuiú. Veio para São Paulo a partir de uma promessa de emprego na Fundação Ford, proposta que nunca se concretizou. (CABRAL, 2013)

> ...fui indicado pelo filho do Prefeito para trabalhar na Fundação Ford em São Paulo, eles foram colegas, esse rapaz se chama Josafá, eles foram colegas na Alemanha, estudaram na Alemanha e me indicou para trabalho na Fundação Ford. E esse rapaz se chamava Norberto de Souza Norberg e ele me garantiu que arranjava uma vaga na Fundação Ford no Ipiranga. Eu vim, mas só que ele estava viajando e eu passei três meses e não encontrei o cidadão, e fiquei desempregado e sem dinheiro. Mas de qualquer maneira trabalhei como Balconista, trabalhei na Goodyear como Auxiliar de Tecelão, trabalhei na Rhodia como... Na fábrica de encerados. (CABRAL, 2013)

Engajamentos

O ex - sargento Sylvestre revela que seu engajamento político ocorreu na Campanha do Petróleo, diz: *Aí vem a luta pelo petróleo, que entusiasmou muito mais, então essa luta, a gente procurou se engajar da melhor forma possível.* Com 18 anos ingressou na Guarda Civil de São Paulo e afirma que se integrou a

organização do PCB dentro da corporação da Guarda Civil de São Paulo. Afirma: *Mas o Partido acaba se organizando dentro da corporação e como... Uma única tarefa, a principal tarefa era liderar os membros da Corporação sem se falar ostensivamente em Partido, não é?* O sargento Sylvestre constata: *Então eu passo a ser um elemento pertencente à célula do Partido Comunista que existia dentro da Guarda Civil.* Revela que se tornou um líder na corporação... *nós então vamos ganhando muita liderança, inclusive criamos até uma entidade de caráter nacional que se chamava Conselho Nacional das Forças Civis do Brasil e eu fui o presidente, nessa altura eu já 52 fui eleito presidente.* (SYLVESTRE, 2013)

O envolvimento do ex - sargento Francisco José da Paz com grupos de resistência à Ditadura começou quando ingressou no curso de Ciências Econômicas e não demorou muito para começar sua atuação na UNE, inicialmente como colaborador. Comenta: *participei da coligação do congresso da UNE que houve no campo da USP depois da queda de Ibiúna, na época eu era segundo Sargento.* Em seguida admite que desde os anos de 62 e 63 participava ativamente do movimento dos praças... *por direitos civis, direitos políticos, direitos sociais, como voto pra praças, voto para soldado, voto, direito de voto para Sargentos e a democratização da carreira na corporação, a desmilitarização, a questão de direitos humanos.* Francisco da Paz comentou que ingressou na Força Pública em 06 de agosto de 1962. A patente de sargento foi conseguida na de soldado no regimento cavalaria. Trabalhou no choque, na ROTA foram cinco anos. (PAZ, 2013)

O ex - sargento José de Menezes Cabral afirma que até mesmo antes do golpe participava dos movimentos, lutas e idéias do Governo Goulart como, por exemplo; a reforma do ensino, reforma agrária, inclusive tinha muitos contatos com as ligas camponesas. No Centro Social dos Sargentos tinha inclusive palestras com pessoas de esquerda falando sobre vários temas como reforma agrária.

Em seguida descreve suas relações com o Partido Comunista do Brasil, segue:

> Eu gostaria de dizer que seria membro estruturado do Partidão, do Partido Comunista, mas nós tivemos algumas coisas meio estranhas, que a 138 gente não entendia bem. O pessoal às vezes não confiava muito na gente, porque nós éramos pouco liberais, eles queriam... Nós éramos meio livres na coisa. Então esta razão foi que nos dificultou ter acesso à cúpula do Partidão, mas sempre ligados com os 141 companheiros. Por exemplo: a minha mulher tinha parente que era ligado ao Prestes, na minha casa eu dei refúgio a uns três parentes dela, que foram capturados junto com o Gregório Bezerra. (CABRAL, 2013)

Lembra que em 1964 estava no Estado Maior da PM, trabalhava na 1º 174 Seção do Estado Maior, segue:

> Naquela época eu era... Aliás, no dia do golpe eu estava ouvindo pessoas 178 que se envolveram em compra de diplomas para a Escola de Oficiais, para a Escola de Sargentos, concurso para Sargentos. Eu era escrivão de um IPM, onde uma

> corrupção violenta aconteceu na venda de gabaritos, para o próprio concurso para Oficiais, para Sargento, e na época para Sargento era feito o curso e outros eram concursados. E naquela... Uma certa noite lá, eu não me recordo, acho que foi no dia... Há uns três dias 183 que precedeu o golpe, eu estava com o Major Hélio, que é o Chefe do IPM, ouvindo 184 uma das pessoas que comprou a prova. Quando chegou o General Franco Bosco, 185 Comandante da Força Pública, o General Amaury Kruel, o Governador Ademar de Barros, o Coronel Delfim Cerqueira Neves, Chefe da Casa Militar, e entraram para uma 187 sessão no fundo da 3ª Seção do Estado Maior. E passaram... Chegaram mais ou menos 188 1h da madrugada e ficaram até 5h da manhã, discutiram fortemente onde Ademar de Barros falou vários palavrões para o General Kruel, e infelizmente nós não gravamos. E depois o Ademar de Barros saiu daquele momento, daquela sala, e foi direto para 191 Cochabamba na Bolívia. (CABRAL, 2013)

Francisco Jesus da Paz conta sobre o seu engajamento político em 1965 nos movimentos políticos dos sargentos que reuniam lideranças sindicais, movimentos populares favoráveis às reformas de base do presidente João Goulart.

> Em 36 outubro de 65 (...) já comecei a fazer, a participar do movimento de Sargento e havia um movimento nacional e as funções social dos Sargentos na verdade elas reuniam as lideranças sindicais, movimentos populares que lutaram pela reforma de base do governo João Goulart e aquilo eu já participava intensivamente, quando ingressei na universidade isso melhorou muito

porque eu passei a ter agora um conteúdo político, contato com os movimentos e isso fez com que eu me dedicasse intensivamente a resistência democrática. Em 68 já parti do congresso da UNE eu já defendia que o movimento deveria, passar pra clandestinidade, eu já tinha, as poucas informações que tinha, mas indicavam que o regime militar ele ia endurecer, ele ia pra uma repressão muito forte e havia necessidade do movimento, até por uma questão de segurança, como eu era Sargento e na época inclusive, trabalhava na Rotam então eu tinha uma posição assim um tanto quanto privilegiada, porque de um lado tinha o movimento estudantil, tinha o movimento de resistência que eu participava e do outro lado eu também via a repressão, quer dizer, eu tava numa situação e, muito delicada, muito perigosa, então na verdade eu brincava com o perigo, né? Quando foi em 64, com o golpe militar, a diretoria do Sindisocial dos sargentos foi presa, foi afastada, foi presa no navio Raul Soares e ficava em Santos, colado em Santos e também uma parte da diretoria dos cabos e soldados também foi destruída, foi presa, então e quando foi, a direita assumiu a direção das duas entidades em 68, em 68 eu organizei uma chapa para disputar as eleições do Sindisocial dos sargentos e não conseguimos e em janeiro, fevereiro de 1970 em uma assembleia geral, nós derrubamos a diretoria dos sargentos e assumi a presidência, né? Quando eu assumi a presidência aí fortaleceu mais a nossa luta e mas por outro lado eu fiquei extremamente visado, né? Aí, já em 68 nós tivemos novamente um grupo de prisões de sargentos, de praças, o pessoal ligado a direita, ao (ininteligível 00:08:30), que é vinculado a casa militar do governo Costa e Silva, que jogavam bombas, jogaram bombas no quartel general, no alistamento, no bombeiro e atribuiu isso ai a

> esquerda que na verdade já era um trabalho que era feito pela inteligência da ditadura preparando a opinião pública pro AI-5, né? (PAZ, 2013)

Tortura

Neste momento, Vicente Silvestre faz o relato dos meses de torturas pelas quais passou. O objetivo de obter informação sobre outros militares que estivessem envolvidos. No caso dos militares a expulsão era uma forma de punição exemplar. Relata também a morte de um companheiro, o tenente José Pereira de Almeida:

> Então três meses de torturas, as mais absurdas do mundo. Como é que um ser humano pode fazer isso com uma pessoa indefesa? Não é? Mas não tinha apelação, era.... E o que eles queriam de mim? Como eu era um tenente- coronel da ativa e que estava fazendo o Curso Superior de Polícia e que eles tiveram acesso ao material que a gente produziu durante o curso, então eles mostraram que eu tinha um outro nível para estar só naquela coisa, achavam que eu tinha ligações exteriores e tal, aí pancadaria até sair... E aí acharam que tinha um general ligado comigo e eu falei: "eu não conheço nenhum general, não tenho nenhuma ligação com ninguém do Exército, das Forças Armadas, não conheço ninguém". Aí fui até setembro. Encontrei... Poucas vezes encontrava, me encontrava com os companheiros presos.

Havia uma preocupação de me manterem sempre isolado, sempre eu estava isolado, porque eles achavam que eu tinha mais informação que os outros. Aí eu volto, em setembro eu volto para o Quartel General da Polícia Militar por responde a uma chamado Proce... A um processo que chama "Conselho de Justificação". O Conselho de Justificação tem esse nome no meio militar, mas no meio jurídico ele não passa... Não vai além de um Processo Administrativo, não é? Então nesse processo, que durou desse primeiro dia que me ouviram até o final, durou 48 horas. Em 48 horas, eles concluíram o processo, não deixaram o advogado entrar, foi proibida a entrada do advogado, o advogado foi denunciar lá na Justiça Militar, mas isso fazia parte dos, do sistema, né? Então, no dia 2 de outubro publica a minha expulsão da Polícia Militar. Aí continuo preso, mas já não mais na condição de tenente coronel. Aí, graças à intervenção de Dom Paulo Evaristo Arns, o governador Paulo Egídio Martins, atendendo ao apelo do Dom Paulo Evaristo Arns, manda para a Assembleia Legislativa um projeto de lei dando uma pensão para a minha mulher e para as demais, né? Que estavam no... Os que eram da ativa, uma pensão e eu fiquei, fiquei na condição de... Não podia exercer nenhuma atividade econômica, pública ou privada. Durante nove anos, a minha mulher figurava como... Como viúva de marido vivo e eu como morto vivo. Não podia exercer nenhuma atividade. Aí entra... Nessa altura já entra um novo (ininteligível) porque o meu primeiro advogado foi o Professor... Foi o Sobral Pinto. Depois o Sobral Pinto deixa, ele estava no Rio, ficava muito difícil para ele vir em todas as audiências em São Paulo, aí ele (ininteligível) o meu advogado passa a ser Luiz Eduardo Greenhalgh. Aí o Luiz Eduardo Greenhalgh acompanha até o desfecho final.

> Nesse meio de tempo, quando eu já estava na Polícia Militar de volta, chega a notícia que o tenente José Pereira de Almeida havia se suicidado dentro do DOI-CODI. Aquilo foi uma coisa, um choque tremendo porque não havia condições de alguém se suicidar dentro do DOI-CODI, era humanamente impossível, não tinha instrumento, não tinha elementos para isso. Aí deu que ele se suicidou. Mais tarde ficamos sabendo que ele foi... Ele foi vítima de torturas dentro do DOI-CODI e introduziram no ânus dele um cabo de vassoura com uma...Quebrado na ponta e perfuraram todo o intestino dele, quer dizer, ele morre sem o corpo deixar nenhum vestígio, nenhum hematoma, nada. (SYLVESTRE, 2013)

Francisco Jesus da Paz segue o relato de torturas e assassinatos dos militares presos, menciona datas, nomes e situações:

> ...no dia 8 de agosto de 1975 o Tenente Almeida foi assassinado sob tortura, então ele apareceu enforcado na cela número 1 do DOI-CODI, na mesma cela em que o Herzog apareceu enforcado, né? Nas mesmas circunstancias. E no dia 18 de agosto, 10 dias depois o Coronel Maximiliano, também que estava preso lá com a gente é, foi solto, pegou um táxi pra ir pra residência que morava em Campinas e morreu dentro do táxi, um assassinato, pra nós foi um assassinato, bastante obscuro porque na época se falava muito que o preso saltou do viaduto, que se jogou debaixo do caminhão, aquela coisa toda pra justificar os assassinatos sob tortura, então nós não temos testemunha, não temos dados nenhum

> a respeito da morte do Coronel Maximiliano, mas pra nós ele foi torturado, foi preso, foi torturado e o estranho é isso, sair do DOI-CODI e morrer dentro do táxi, quer dizer, então. (SYLVESTRE, 2013)

Segue contando um pouco sobre a trajetória de Werneck, herdeiro de uma liderança que vinha desde os tempos do Governo Jânio Quadros, em 1961. Morto em plena anistia.

> No caso do Werneck é que ele era uma liderança extraordinária, primeiro foi a criação da Associação dos Soldados pelo Sabadim, é uma liderança extraordinária, criou no governo, governo Jânio Quadros, em 1955, mas a repressão era tão vigorosa que a direção era clandestina, atas, documentos, eles escondiam debaixo do colchão lá do alojamento, entende? A repressão era muito dura, muito violenta, isso já antes do golpe militar. O Sabadim faleceu e o sucessor dele foi o Werneck e o Werneck tinha uma liderança, uma coragem, uma consciência crítica muito forte, eu, a tropa acreditava nele, era um líder mesmo, então quando ele foi já em 64, logo após o golpe, ele foi afastado do cargo e também foi demitido da corporação, isso já em 64, abril de 64, e ele com a anistia do Figueiredo em 79, questão de data, eu não, é claro que ele ganhou a anistia, ele iria votar pra o associativo contra os outros, frutuoso, o Silvestre, enfim, todo pessoal e quando faltava poucos dias pra ele ser, retornar ao serviço ativo, faltavam poucos dias, foi quando ele foi assassinado. Perfeito? E ele foi assassinado por

> Coronel nosso, o Coronel e dois praças. (SYLVESTRE, 2013)

Considerações finais

O ato de criação da Comissão Nacional da Verdade encontrou resistências das Forças Armadas que nutriu pela presidenta Dilma uma oposição nem sempre velada. A exumação do corpo do ex-presidente João Goulart foi outro ato não admitido pelas Forças Armadas Brasileiras. Foram gestos corajosos e que sinalizaram um processo de democratização, mas que resultariam em uma oposição velada das Forças Armadas Brasileiras ao governo Dilma. Seria importante escrevermos mais sobre a CNV, mas é uma tarefa que não caberia neste livro devido aos extensos e valorosos resultados obtidos por esta Comissão e também nos tiraria de nosso foco.

Referências:

Dilma: "hoje é um dia de encontro do Brasil com a sua história."*In:* Portal Brasil. 14.11.2013, Disponível em: **http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/11/presidenta-participou-de-cerimonia-em-homenage**

m-ao-ex-presidente-joao-goulart Extraído em: 01.01.2016

ÉBOLI. Evandro**, Em documento, Forças Armadas admitem pela primeira vez tortura e mortes durante ditadura,** Jornal O Globo**,** 20.09.2014. Disponível em: **http://oglobo.globo.com/brasil/em-documento-forcas-armadas-admitem-pela-primeira-vez-tortura-mortes-durante-ditadura-13998824** Extraído em 01.01.2016.

Em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou a execução de opositores durante a ditadura. In: G1, 11.05.2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml Extraído em 05.06.2018.

Forças Armadas resistem à Comissão da Verdade. *In:* O Globo, 08.03.2011. Disponível em: **http://oglobo.globo.com/politica/forcas-armadas-resistem-comissao-da-verdade-2814216** Extraído em 01.01.2016

Operação Condor: novas revelações. Entrevista especial com Jair Krischke In: INSTITUTOS HUMANITAS UNISINOS, 24.03.2013. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/518667-operacao-condor-novas-revelacoes-entrevista-com-jair-krischke Extraído em 01.01.2016.

Integra da Palestra do General do Exército em Loja da Maçonaria. YouTube, 09.09. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Pk8cQkunrcA

Extraído em 17.05.2018.

João Goulart recebe honras de chefe de Estado nesta quinta. EBC, 14.11.2013. Disponível em: http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/11/joao-goulart-recebe-honras-de-chefe-de-estado-nesta-quinta

Extraído em 18.05.2018

JUCÁ & MACHADO. *In:* TV Folha 23.05.2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml Extraído em 18.05.2018

NOGUEIRA, Kiko. **Braço forte, mão amiga: adeptos da intervenção militar têm seu desejo atendido e apanham do Exército**. In: DCM, 30.05.2018. Disponível em: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/braco-forte-mao-amiga-adeptos-da-intervencao-militar-tem-seu-desejo-atendido-e-apanham-do-exercito-por-kiko-nogueira/ Extraído em 03.06.2018.

RENAN & MACHADO In: TV FOLHA 23.05.2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774719-em-conversa-gravada-renan-defende-mudar-lei-da-delacao-premiada.shtml Extraído em 18.05.2018

ROSSATO, Nivaldo**. Comandante da Aeronáutica emite esclarecimento sobre contexto atual do País.** Disponível em: http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/31878/INSTITUCIONAL%20-%20Comandante%20da%20Aeron%C3%A1utica%20emite%20esclarecimento%20sobre%20contexto%20atual%20do%20Pa%C3%ADs

Extraído em 17.05.2018

ROUQUIÉ. Alain, **O Estado militar na América Latina.** São Paulo: Alfa, 1984.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Racionalidade e Estratégia**. In: Premissas. Campinas: NEE/UNICAMP. Vol. 3, abr. 1993.

SENRA, Ricardo. **'Último prego no caixão de Geisel', diz coordenador da Comissão da verdade sobre memorando da CIA.** In: UOL Notícias, 11.05.2018. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2018/05/11/ultimo-prego-no-caixao-de-geisel-diz-coordenador-da-comissao-da-verdade-sobre-memorando-da-cia.htm Extraído em 05.06.2018.

SOUZA, Josias. **Exército espiona sem-terra desde 1998**. *In:* Folha de S. Paulo, 15 de agosto de 2001. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1508200117.htm Extraído em 02.06.2018

SOUZA, Josias. **Arquivo revela ação secreta do Exército**. *In:* Folha de S. Paulo, 02 de agosto de2001. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200106.htm Extraído em 02.06.2018

Veja o que o chefe do Exército falou na cara do Pedro Bial, YouTube, 20.09.2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gNoqzjxmZTE Extraído em 17.05.2018.

Vídeo: PM bombardeia manifestação de estudantes da UnB. *In:* Revista Fórum 26.04.2018. Disponível em: https://www.revistaforum.com.br/video-pm-bombardeia-manifestacao-de-estudantes-da-unb/ Extraído em 03.06.2018

VILLAS BOAS, Eduardo. *In* Twitter, 03.04.2018. Disponível em: https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336?tfw_site=UOL&ref_src=twsrc%5Etfw&ref_url=https%3A

%2F%2Fnoticias.uol.com.br%2Fpolitica%2Feleicoes%2F2018%2Fnoticias%2F2018%2F04%2F04%2Fcelso-de-mello-responde-a-general-do-exercio.htm Extraído em 17.05.2018.

Documentos:

Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/ Extraído em 01.01.2016.

Vicente Sylvestre Categoria do depoente: Vítima militar - Coronel Tipo de arquivo: Áudio Duração: 01:37:51 Ocasião: Testemunho colhido por integrantes da CNV Data: 18/03/2013 Local: São Paulo, SP Responsáveis pela tomada de depoimento: Maria Rosa Loula e Paulo Cunha NUP: 00092.000439/2013-83

Francisco Jesus da Paz, categoria do depoente: Vítima militar - tenente Tipo de arquivo: Áudio Duração: 01:48:17 Ocasião: Depoimento colhido por integrantes da CNV Data: 18/03/2013 Local: São Paulo, SP Responsáveis pela tomada de depoimento: Maria Rosa Loula e Paulo Cunha NUP: 00092.000438/2013-39

JOSÉ DE MENEZES CABRAL Categoria do depoente: Vítima militar Tipo de arquivo: Áudio Duração: 01:31:58 Ocasião: Depoimento colhido por integrantes da CNV Data: 10/12/2013 Local: São Paulo Responsáveis pela tomada de depoimento: Paulo Cunha NUP: 00092.000281/2014-22

POLÍTICA
NACIONAL DE DEFESA
ESTRATÉGIA
NACIONAL DE DEFESA
DEFESA

3.

APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA 2016

Introdução

Em 18 de outubro de 2017 a mesa redonda 1 *"A Política e a Estratégia Nacionais de Defesa de 2016: inovação ou continuidade?"* do II Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa Centro Oeste analisou a minuta da Política e Estratégia Nacional de Defesa. Na mesa estava presente o General Fernando José Soares da Cunha Mattos, Chefe da Assessoria Especial de Planejamento do Ministério da Defesa, responsável por submeter estes importantes documentos à apreciação dos membros da academia civil. O mediador foi o professor Alcides Costa Vaz (UnB) e os outros palestrantes eram Juliano Cortinhas (UnB), Flávio Pedroso (UFU) e Samuel de Jesus (UFMS), autor deste presente artigo.

Basicamente este texto é uma versão escrita de minha exposição nesta mesa redonda.

É sempre salutar para uma democracia que as formulações no campo de Defesa Nacional possam ser compartilhadas com os civis, não somente parlamentares, mas também com os membros da comunidade universitária. A iniciativa do General de Divisão Cunha Mattos segue os valores democráticos fundados no diálogo entre civis e militares. Este texto é uma contribuição de um historiador e sociólogo que parte de uma visão civil sobre assuntos de Defesa Nacional.

Destaques da PND 2016

Na minuta da Política de Defesa Nacional, sobretudo no ponto 2: *O Contexto da Política Nacional de Defesa*, em seus fundamentos, está expresso:

> 2.1.1 A PND expressa os objetivos a serem alcançados com vistas a assegurar a Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (Política Nacional de Defesa, 2016, p. 05).

Sobre a frase "com ênfase na expressão militar": diriam os otimistas que a defesa é uma atribuição constitucional das Forças Armadas do Brasil. A sugestão seria a introdução do termo "civil", assim ficando: "com ênfase na expressão militar e civil". Desta maneira asseguramos, no âmbito da Defesa Nacional, não somente as atitudes, medidas e ações enfatizadas na expressão militar, mas também na expressão civil. Muitos diriam que os cidadãos não têm muito a dizer sobre defesa nacional por se tratar de um tema dominado pelos militares. Diante de tal fato, não propomos apenas o domínio da técnica militar pelos civis, mas a criação de uma nova percepção sobre defesa nacional ou uma percepção civil sobre Defesa Nacional.

No item 2.1.2 está escrito que

> A Política Nacional de Defesa atua no sentido de contribuir para a percepção de um estado de Segurança Nacional, entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. (Política Nacional de Defesa, 2016, p. 05).

Propomos a substituição do termo *"segurança nacional"* trocando-o pelo termo *"estratégia nacional"*, assim ficando a seguinte frase: *"Política Nacional de Defesa atua no sentido de contribuir para a percepção de um*

estado de Estratégica nacional". Entendo que o termo *"estratégia nacional"* incorporará a percepção civil sobre Defesa Nacional, pois a dimensão estratégica nos remeterá ao desenvolvimento social, ambiental (ecológico), científico, tecnológico, agrícola, educacional, cultural, indígena, assim amplificando o escopo da defesa. Isto significa a incorporação de um marco civil sobre defesa nacional que obedecesse às preocupações dos civis.

Para falarmos sobre a política e a estratégia nacional de defesa é necessário levarmos em conta alguns assuntos que geralmente não são considerados como relativos à Defesa Nacional, tais como a imigração, as dimensões da territorialidade sobre a questão indígena e, sobretudo aspectos ligados ao meio ambiente e a pobreza nas regiões das fronteiras brasileiras. A crença geral é de que é necessário aumentar o número de pelotões de fronteira e operações da Polícia Federal, ou seja, a saída sempre é a utilização do aparato repressivo contra ilícitos ou em relação a qualquer intrusão. Esta é uma visão conservadora e limitada em relação ao resguardo de nossas fronteiras. A dimensão deverá ser amplificada.

Imigração

Sobre a questão relativa à imigração, o Brasil recebe atualmente, além dos refugiados sírios, também haitianos e venezuelanos. Eles fogem da guerra, de crises políticas e da pobreza. As notícias recentes falam de 17.700 venezuelanos que

atravessaram a fronteira com o Brasil, e o destino é Roraima. Segundo o jornal O Globo de 07 de novembro de 2017 a capital Boa Vista passou a receber a maior parte destes imigrantes venezuelanos. A cidade fronteiriça de Pacaraima é o primeiro destino destas populações. Destes, muitos são indígenas, e, é comum vê-los em semáforos pedindo dinheiro ou trabalhando de vendedores ambulantes.

Os europeus possuem a percepção de que o aumento das ações terroristas ocorreu após a onda migratória de refugiados do Oriente Médio, sobretudo da Síria. Isto não quer dizer que esta percepção esteja correta, pois a esmagadora maioria dos refugiados não é terrorista, mas esta é uma percepção que os leva a um questionamento que, no mínimo, deverá ser respondido. Assim como falou o General Cunha Mattos, na mencionada mesa redonda, o Brasil é um país que possuí uma tradição de receber bem todos os fluxos migratórios do último século, no entanto alguns suspeitos (e já com antecedentes ou ligação com o terrorismo) não são bem-vindos ou não tem sua entrada permitida no país.

Meio Ambiente

A questão ambiental é outro acontecimento que desafia a soberania brasileira, por exemplo, em 2017, o rompimento do oleoduto transequatoriano poluiu o rio Napo e o óleo chegou até a jusante brasileira do rio Amazonas. Este fato nos faz pensar sobre a gestão compartilhada dos rios da Bacia do Amazonas. Em

31 de maio de 2013 ocorreu um grande vazamento. Chuvas torrenciais provocaram um deslizamento de terra que atingiu 140 metros da transequatoriana e provocou o derramamento de 11.460 barris de petróleo que contaminou o rio Coca, o rio Napo e adentrou a Amazônia equatoriana. O rio Coca abastece a cidade de Francisco Orellana e, de acordo com Roberto Falcón, diretor da Defesa Nacional do Peru em Loreto, o óleo atingiu o Peru através do rio Napo, no dia 4 de junho de 2013. Assim, o fornecimento de água foi suspenso. Na época, segundo o Prefeito de Joya de los Sachas, Sr. Telmo Ureña, a região ficou sem água e ele acusou a Petroecuador de não cumprir o seu papel. Declarou: "Eu estou em Pompéya, e lá não tem água, por Deus…a Petroecuador não está trabalhando". (STEPHANES, 2013). Este acidente nos faz pensar sobre a necessidade de uma gestão compartilhada dos rios sul-americanos. É preciso estabelecer um protocolo ou uma política comum, com responsabilidades mútuas.

Pobreza

A pobreza deverá ser considerada no âmbito da Defesa Nacional. Estudo realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon - intitulado "A Amazônia e os Objetivos do Milênio 2010" avalia a evolução e objetivos e metas do Milênio estabelecidas pela ONU. Em se tratando de Amazônia os dados revelam que são mais de 04 milhões de pessoas vivem em condições de extrema

pobreza. Existe um alto índice de analfabetismo funcional na região (23% da população). Há indícios de que há um forte sub-registro de mortalidade infantil na região, a taxa de incidência de Aids aumentou, pois em 2009 foram registrados mais de 306 mil casos novos de malária na região, outras doenças, como a hanseníase (a Amazônia é líder mundial em incidência) e leishmaniose (taxa quase sete vezes maior que a brasileira) estão em situação crítica, o saneamento básico continua precário na Amazônia: por exemplo, pequena parte (10%) da população é servida por rede de coleta de esgoto e a maioria (58%) do lixo produzido é depositada em lixões a céu aberto. Estes são os últimos dados produzidos sobre a dimensão da pobreza na Amazônia.

Os índices de baixo desenvolvimento humano na região amazônica demonstram os fatores de desintegração social. A população da região de fronteira possui grandes carências e este é, sem dúvida, um fator de vulnerabilidade do Brasil, sobretudo no que se refere às suas fronteiras. A busca pela sobrevivência impele muitos homens e mulheres da Amazônia à prática de ilícitos que vão desde a extração ilegal de madeira até mesmo seu envolvimento com o narcotráfico ou à facilitação da prática de biopirataria.

PND 2016 e a intervenção no exterior

Na página 13 da Política Nacional de Defesa encontramos o ítem 4. Objetivos Nacionais de Defesa que em seu parágrafo III afirma que:

> Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior. Significa proporcionar condições de segurança aos brasileiros no exterior, assegurando o respeito aos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos, a execução de acordos internacionais, de modo a zelar também pelo patrimônio, pelos ativos econômicos e recursos nacionais existentes fora do Brasil, de acordo com o regramento jurídico internacional. (Política Nacional de Defesa, 2016, p. 13).

Sobre o parágrafo: "Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior. Significa proporcionar condições de segurança aos brasileiros no exterior". Isto é o que o jornal Folha de S. Paulo informara em 2008 sobre a possibilidade de intervenção das Forças Armadas Brasileiras no Exterior para salvaguardar os bens, patrimônios e interesses do Brasil. Na época o Jornal paraguaio ABC COLOR se referia à política externa de nosso país como o imperialismo brasileiro. Afirmava que éramos os opressores. Neste tempo estava fortalecida a posição da empreiteira Norberto Odebrecht que construía usinas, estradas, pontes, aquedutos e muitas obras semelhantes por toda a América Latina. Todo o projeto e o material da obra eram importados do Brasil. O Plano Brasil 2022 gestado por Samuel Pinheiro Guimarães à frente da Secretaria de Assuntos Estratégicos preconizava o

"protagonismo" destas megaempresas brasileiras como uma ponta de lança da projeção mundial do Brasil. A ideia do Brasil potência de Golbery do Couto e Silva tinha voltado à carga. Este documento teve pouco efeito real, no entanto deve ser visto como uma síntese do pensamento sobre a política exterior do Brasil no segundo Governo Lula (2007-2010) e acabou tendo suas metas incorporadas ao Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil de 2013.

Outro aspecto relevante do Plano Brasil 2022 é a conclusão de que o cenário sul-americano é composto por assimetrias, assim as potências como o Brasil tinham a responsabilidade de financiar os países pobres do hemisfério para gerar simetrias, algo muito parecido ao Plano Marshall, uma política de financiamento da Europa no Pós-Segunda Grande Guerra, responsável por ser um dos tentáculos da influência estadunidense sobre o velho mundo, indispensável para a consolidação de sua hegemonia mundial no Século XX. A fórmula é já conhecida. Este parágrafo, também, colide com os princípios do Conselho de Defesa Sul Americano, como parte componente da Comunidade das Nações Sul Americanas – UNASUL – que visa uma ação compartilhada das Forças Armadas Sul Americanas. É verdade que cresce o número de operações militares conjuntas entre nós e nossos vizinhos, no entanto este parágrafo III poderá gerar desconfianças dos países Sul Americanos em relação ao Brasil, no mínimo pode oferecer confusão e, é uma porta aberta

à intervenção militar das Forças Armadas do Brasil em outros países sob a justificativa de resguardo dos interesses brasileiros.

No entanto esta conjuntura mudou, pois o que observamos de 2016 até o presente é uma inflexão da Política Externa Brasileira, ou seja, a projeção do Brasil se encontra em *stand by*, ou seja, o Brasil parece ter abandonado a Política Externa Independente desenhada por Celso Amorim e seus cânones, sobretudo no período correspondente a 2007 a 2010. Parece-nos também que este projeto de Brasil Potência se encontra em franco declínio. É sintomática a notícia de que a multinacional britânica Shell pressionou o Governo Michel Temer para conceder-lhes benefícios como isenção fiscal, após a concessão conferida a esta empresa, o que ocorreu graças a Lei José Serra que quebrou o monopólio de exploração do Pré-Sal pela Petrobrás. Neste sentido a Política Nacional de Defesa, no que se refere a este item, já se encontra superada pelos últimos acontecimentos, pois não estamos mais projetando os nossos interesses ao exterior, ao contrário estamos cedendo os nossos interesses ao exterior, às nações hegemônicas. O Brasil não atua mais como potência independente e assertiva, mas como colônia.

Considerações finais

A política Nacional de Defesa de 2016, em sua versão preliminar, deverá ter incorporada às problemáticas civis que incidem sobre a defesa do Brasil. O estamento militar permanecerá um monólito se não for aberto de forma democrática à participação popular. É preciso considerar que os militares possuem a prerrogativa exclusiva do uso da força, no entanto esta aplicação não deverá ser o aspecto predominante em termos de Defesa Nacional, mas será um dentre vários, tais como as medidas preventivas, a ocupação humana, o enraizamento geográfico, linguístico-cultural, dentre outros. A ideia da defesa do país deverá sair do círculo restrito da caserna e cair no domínio civil. Na última década, foi dado o primeiro e grande passo rumo ao diálogo entre civis e militares, estamos falando da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, no entanto outras passadas mais largas em direção a este diálogo profícuo deverão ser dadas em um futuro breve.

Referências:

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasil 2022: Trabalhos Preparatórios / Secretaria de Assuntos Estratégicos. – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files

/user_arquivos_64/Brasil%202022%20-%20Trabalhos%20Preparat%C3%B3rios_0.pdf Extraído em 14.02.2017.

COLOMBO, Sylvia. Cresce imigração de venezuelanos para a Colômbia. In: Folha de S. Paulo: Mundo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1919200-cresce-imigracao-de-venezuelanos-para-a-colombia.shtml Extraído em 22.11.2017

El imperialismo brasileño seguirá intacto con el gobierno de Dilma. Digital ABC/ 02-11-2010/http://www.abc.com.py/nota/el-imperialismobrasileno-seguira-intacto-con-el-gobierno-de-dilma/ Extraído em 28/03/2012.

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA "VERSÃO SOB APRECIAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL (LEI COMPLEMENTAR 97/1999, ART. 9º, § 3º)" Disponível em http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf Extraído em 22.11.2017.

ROXO, Sérgio. Boa Vista sente o impacto da imigração venezuelana. In O Globo: Brasil 07.11.2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/boa-vista-sente-impacto-da-imigracao-venezuelana-20422585 Extraído em: 22.11.2017

STEPHANES, Giovanny Fabio Vera. Vazamento nas montanhas do Equador pode ter chegado ao Peru. In: O Eco 13.06.2013. Disponível em http://www.oeco.org.br/reportagens/27268-vazamento-nas-montanhas/ Extraído em 22.11.2017

Parte II

A Ditadura Revisitada

4

Relações extra-oficiais entre EUA e Brasil (1964-1980)

Neste presente capítulo, nós analisamos um período dramático da vida brasileira que vai do Golpe Militar de 1964, até o surgimento da Operação Bandeirante e a participação de agentes da OPS órgão da CIA, responsável pela repressão aos opositores do regime civil-militar brasileiro. Sobretudo analisamos a atuação surpreendente dos órgãos do governo estadunidense no esforço de manutenção da repressão, envolvimento que compreendia o treinamento, organização, até o ensino de técnicas de tortura. Este artigo contribui com a historiografia sobre o período do Regime Militar Brasileiro (1964-1985) ao reunir analise de importantes livros que contém importantes documentos que demonstram a organização e sistematização dos atos de perseguição, tortura e morte dos insurgentes do regime.

Operação Brother Sam, assim foi chamada a operação que daria suporte logístico aos militares golpistas de 01 de abril de 1964, caso ocorresse

uma guerra civil entre os conspiradores e legalistas. Dois importantes livros revelam o grau de envolvimento entre o governo estadunidense e o grupo hegemônico das Forças Armadas Brasileiras, são eles; *1964: visto e comentado pela Casa Branca* do jornalista Sá Corrêa e *Polícia e Política* de Martha Huggins. O primeiro livro apresenta documentos como os obtidos na Biblioteca Lyndon Johnson da Universidade do Texas. Esses documentos mostram a dimensão da Operação Brother Sam. O segundo livro revela o grau de envolvimento do órgão da CIA chamado de OPS no treinamento, estruturação e articulação do sistema repressivo aos opositores do Regime Militar Brasileiro. Utilizamos como fontes estes importantes livros e seus documentos que nos oferece subsídios para ampliarmos o conhecimento sobre este dramático momento da vida brasileira.

Operação Brother Sam

Thomas Skidmore (1982) afirma não existir dúvidas de que Lincoln Gordon (ex-embaixador dos EUA no Brasil em 1964) foi um entusiasta do governo ditatorial brasileiro, pois em 23 de abril de 1964 falou em Porto Alegre que a queda de Goulart simbolizou uma nova arrancada do Brasil para a realização dos ideais da Aliança para o Progresso. Em 05 de maio do mesmo ano na Escola Superior de Guerra exaltou a "Revolução" Brasileira e disse

que ela poderia ser comparada como um momento decisivo da História Mundial, assim como foi o Plano Marshall (1947), o Bloqueio de Berlim (1948-1949), a derrota do comunismo na Coréia e a resolução da Crise dos Mísseis em Cuba (1962).

Em 1966, quando encerrou sua missão no Brasil, Lincoln Gordon afirmara sua crença no compromisso do governo Castelo Branco em restaurar os procedimentos "democráticos" no Brasil, compatíveis com os princípios da política Estados Unidos - América Latina. É importante afirmar que as palavras de Lincoln Gordon eram endossadas por Washington. (SKIDMORE, (1982) 2000, PP. 397).

Sá Corrêa (197 7) revela os canais de telex que ligavam a Casa Branca e a embaixada estadunidense no Brasil que confirmam a *Operação Brother Sam*, cujo objetivo era evitar o estrangulamento dos golpistas de 64, em seu ponto mais frágil que era a falta de combustível, isso considerando a hipótese de uma luta longa. O Embaixador Licoln Gordon foi responsável por acioná-lo. (CORRÊA, 1977, pp. 97).

A Operação Brother Sam não daria o apoio bélico, mas estratégico, pois o maior temor dos EUA seria a falta de combustível, assim 40 mil barris de gasolina comum, 15 mil barris de

gasolina de aviação, 33 mil barris de óleo diesel e 20 mil barris de querosene estavam prontos para serem enviados ao Brasil via Montevidéu.

> Outro petroleiro, o Chapacket, traria 35 mil barris de querosene, 40 mil de gasolina comum e 33 mil de aviação, o terceiro barco Hampton Road preparado para o porto de pequeno calado, carregaria 150 mil barris. E o quarto Nash Bulk, 56 mil barris de gasolina comum, 39 mil de gasolina de aviação e 92 mil de querosene. (CORREA, 1977, pp. 17).

Esse volume todo de combustível somado aos quatro petroleiros que levavam 136 mil barris, corresponderia a um dia de consumo do Brasil no ano de 1976 ou 1977. Por exemplo, o Santa Inez estava pronto para zarpar de Aruba rumo ao Brasil no dia 02 de abril e chegaria na vizinhança de Santos entre 10 e 11 de abril. No mesmo dia se encontraria por aqui o porta-aviões Forrestal cuja missão era garantir o desembarque do combustível. (SÁ CORRÊA, 1977, pp.17)

> O embarque de munição é apresentado, num comunicado do Estado Maior conjunto da Força Aérea como missão de apoio ao plano operacional de que a força tarefa naval fora encarregada. Destina-se à Operação Brother Sam 110 toneladas de armas e munições e há mensagem que falam em encaixotar 250 carabinas de calibre 12. (SÁ CORRÊA, 1997, pp.17).

Está escrito em um telegrama de 04 de março de 1964 da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, destinada ao Secretário para Assuntos Latino Americanos, onde é informado que os militares brasileiros seriam um fator estabilizador e moderador na cena política brasileira e um fator essencial para conter os "excessos" da esquerda do Governo Goulart. Destaca ainda que os militares brasileiros não possuem origem aristocrática, possuem orientação nacionalista, mas não fascista e pró-constitucionalista democrática. Sobretudo possuem capacidade de suprimir as desordens internas dentro dos limites constitucionais. Salienta ainda que durante o período pós-guerra se beneficiaram da orientação pró-americana de Oficiais das Forças Armadas Brasileiras, resultando em uma aliança ativa durante a Segunda Guerra, porém estes oficiais estavam se aposentando, o que tornava necessária a aproximação com a nova oficialidade para manter relações estreitas e eficazes. (GORDON, 1964 apud SÁ CORRÊA, 1977, pp.87).

A CIA-OPS e a OBAN

Marta Huggins (1998) revela não só envolvimento entre a Central americana de inteligência (CIA) no treinamento da repressão

brasileira (no período pós – Ato Institucional nº 5), mas a montagem de uma estrutura de repressão baseada no DOI-CODI [1]. A Casa Branca sabia e a CIA através do *Office of Public Safety Brasil* (OPS-Brasil), montou, operacionalizou a estrutura de repressão e treinou seus agentes.

Richard Helms, diretor da CIA, afirma que pelo menos indiretamente a OPS contribuiu para uma centralização da Polícia Brasileira (HUGGINS, 1998, pp. 188). Os Comandantes Militares de cada um dos Exércitos Brasileiros, tinham responsabilidade por tudo que envolvia a segurança. Sobretudo legitimou a ideologia baseada na divisão do país em "verdadeiros cidadãos" de um lado e "subversivos" de outro, a parte "desviante". A criação do DOI – CODI[1], uma rede nacional interligada de forças de segurança da polícia e das forças armadas, todas sobre o controle militar direto.

[1] DOI era o Departamento de Ordem Interna, consistia em uma força de prontidão para combater diretamente as organizações "subversivas", desmonta r sua estrutura pessoal e material. Em cada uma das zonas de defesa interna (DOI-COD) possuía um CODI (Centro de Comando de Operações de defesa interna), identificava as prioridades, analisava informações obtidas pela inteligência, planeja va missões e esquadrões do DOI. (HUGGINS, 1998, pp. 19 0).

> Em 1969, o primeiro desses novos órgãos foi instituído em São Paulo como a Operação Bandeirantes (OBAN), comando das operações de defesa interna em âmbito estadual. Um ano depois, esse modelo estendeu-se para todo o Brasil como DOI-CODI, sendo sua missão obter informações e neutralizar os terroristas. (HUGGINS, 1998, pp. 189)

Richard Helms entendia o DOI-CODI em comissões compostas por membros das forças armadas e da polícia. A posição mais alta na hierarquia era ocupada por cada comandante dos distritos militares.

> A estrutura do DOI-CODI destinava-se a ajudar as forças de segurança do Brasil a superar as disputas de jurisdição e falta de coordenação entre os inúmeros órgãos militares e civis de inteligência e segurança, como explicou o próprio Helms. (HUGGINS, 1998, pp. 189).

A utilidade da normatização da violência estatal no Brasil obedeceu a interesses dos Estados Unidos, pois ofereceram treinamento, tecnologia, apoio moral e político à tortura no Brasil promovida pela polícia e pelo governo brasileiro. Washington sabia sobre essa prática (HUGGINS, 1998, pp. 189-190).

> Os DOIs dos maiores Estados eram divididos em três esquadrões: um prendia e

> caçava os sujeitos ("busca e captura"), outro captava informações e recolhia os prisioneiros ("informação e interrogação") e o outro analisava as informações obtidas a partir das infiltrações obtidas a partir da infiltração em associações e interrogatórios de informantes ("informação") (HUGGINS, 1998, pp. 191).

Os consultores de segurança (da OPS – Brasil) consideravam o seu trabalho como uma espécie de "missão religiosa", consideravam seu método legitimo para acabar com a desordem brasileira, pois seu principal objetivo era proporcionar segurança aos Estados Unidos e garantir as "liberdades democráticas". O DOPS era essencial nessa estrutura, pois os militares estavam despreparados inicialmente para coletar informações de inteligência civil, para interrogar prisioneiros para conduzir operações de segurança interna. (FON, 1986 apud HUGGINS, 1996, pp.190).

Helms, diretor da CIA, utilizou o termo "guerra santa" para falar da violência do Governo Brasileiro contra os "terroristas" a firmou ainda que "a violência não era nada de novo no Brasil".

> Em algumas regiões, particularmente no nordeste (do Brasil), a violência é tida como um meio tradicional - e muitas vezes bastante respeitável – de punição. Em muitas áreas rurais, os espancamentos e, em casos extremos, os tiros da polícia e até mesmo dos proprietários de terras

> locais constituem há muito tempo um dos métodos favoritos para manter as classes inferiores em seu lugar... em quanto esse tipo de tratamento não resulta em mortes, a população rural mantêm-se indiferente. (HELMS, 1971 apud HUGGINS, 1998, pp.204).

Martins Filho (1998) destaca a participação da CIA na Sexta-Feira Sangrenta. Afima:

> Para Huggins, contudo, o OPS operou em 1968 não apenas como observador, mas como ativo assessor, sugerindo inclusive mudanças de tática para colocar as forças repressivas à altura das passeatas-relâmpago do movimento estudantil. Uma dessas novas medidas foi a colocação de franco-atiradores no alto dos edifícios, o que talvez explique as numerosas mortes da "sexta-feira sangrenta" (MARTINS FILHO, 1998, pp. 04, 05).

A sexta-feira sangrenta se refere ao dia 21 do julho de 1968 em que ocorreu um grande protesto contra a Ditadura Militar (1964-1985) nas ruas do Rio de Janeiro. Foram levantadas barricadas, na Avenida Rio Branco e apedrejamento do Consulado dos Estados Unidos.

O grau de envolvimento da OPS no treinamento da repressão brasileira chegou a tal ponto que fora construída uma sala de simulação. Nessa sala era ensinado à polícia o "combate" aos "subversivos"; depois do AI-5, segundo Huggins, existem dados que confirmam a triplicação do

número de policiais brasileiros enviados aos EUA para treinamento e também em 1969 a OPS teve participação na criação da Operação Bandeirantes - OBAN (na fase do Regime Militar chamada de *policialização do Regime Militar brasileiro*).

> Finalmente, a autora mostra com abundância de evidência s que a tortura serviu não apenas ao regime brasileiro, mas aos objetivos de segurança nacional dos EUA, naquela quadra da Guerra Fria. Para Huggins, também é impossível isentar os Estados Unidos da degeneração das atividades policiais nos tristemente conhecidos "esquadrões da morte" atuantes no Brasil nos anos 60 e 70. (MARTINS FILHO, 1998, pp. 04, 05).

A partir dessa informação, observamos uma colaboração secreta de agentes dos EUA na montagem de um aparato de perseguição, tortura e aniquilamento de insurgentes ao Regime Militar no Brasil (1964-1985). Isso envolveu, inclusive, ensino e treinamento de práticas de tortura. Esse fato revela um estreito grau de cumplicidade entre a CIA e as Forças Armadas brasileiras.

Sobre a atuação do Esquadrão da Morte paulista é preciso citar *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte* do autor Hélio Pereira Bicudo quem na época foi Procurador de Justiça do Estado de São Paulo e responsável por investigar a atuação do Esquadrão da Morte Paulista no ano de 1970. Essa importante obra relata as ações do

Esquadrão da Morte em São Paulo, Bicudo afirma:

> Um livro sobre o "Esquadrão da Morte" e sua atuação em São Paulo, muito embora os fatos já se tenham afastado no tempo, é de conteúdo, sem dúvida, polêmico. Vai daí que após muito meditar, resolvi transmitir a minha experiência na luta contra os policias que, num dado instante se arvoraram em árbitros da justiça, e praticaram toda uma gama de delitos e se envolveram em todas as formas de corrupção. E foi justamente por este último motivo que a luta travada contra o "Esquadrão da Morte" foi bastante árdua e permite um a conclusão pessimista quanto aos resultados. É que em São Paulo, os principais implicados na execução dos crimes do "Esquadrão" passaram a atuar no campo da polícia política, integrando o sistema de segurança, ao qual transmitiram suas técnicas de ação. Inversamente, os que se dispuseram a apontar os crimes por eles cometidos, inspirados inicialmente e depois acalentados por um governador e por um secretário de Estado, inebriados pelo poder, passaram a ser classificados como inimigos do regime e como tal tratados. (BICUDO, 1977, pp.21).

Apesar de vocês!

O historiador estadunidense James Green publicou recentemente um livro chamado *Apesar*

de Vocês: *oposição à Ditadura nos Estados Unidos (1964-1985).* Nesse livro descreve questionamentos, no final dos anos 60, sobre o apoio dos Estados Unidos à Ditadura Militar Brasileira. Foram os exilados brasileiros que começaram a angariar apoio dentro dos Estados Unidos contra a ditadura. Um dos fatos mais importantes foi a prisão e deportação do grupo teatral *Leaving Theater* em Ouro Preto no ano de 1979. Esse incidente teve grande repercussão nos Estados Unidos e chamou a atenção da opinião pública norte-americana para o regime ditatorial brasileiro.

Também a expulsão do Brasil do pastor Brady Tyson sob a acusação de ter promovido uma greve em Osasco/SP em 1966. Nos anos 70, Tyson convidou Marcio Moreira Alves, Deputado Federal cassado pelo Ato Institucional n°05, a percorrer os Estados Unidos denunciando o regime de excessão vivido pelo Brasil. Moreira Alves tentou convencer os membros do Partido Democrata a não seguirem a política de apoio a o governo militar brasileiro. A estilista Zuzu Angel também denunciou, nos Estados Unidos, as violações dos Direitos Humanos no Brasil. Seu filho, Stewart Angel, foi perseguido, torturado e morto por órgãos do governo militar.

Esses fatos foram marcantes para despertar a consciência de setores liberais estadunidenses de que o apoio do governo dos Estados Unidos ao Regime Militar Brasileiro não podia continuar. Em 1969 houve uma mudança no Congresso desse país

com relação ao apoio de seu governo à Ditadura Brasileira. Os congressistas passaram a exigir a garantia dos Direitos Humanos no Brasil. (GREEN, 2009). Dois congressistas foram importantes para essa tomada de posição.

Edward Kennedy que fez um discurso em 1970 denunciando a postura do governo ditatorial brasileiro e criticando a política pró-ditadura dos EUA. O segundo foi Frank Church, influente senador que investigou as atividades ilegais da CIA e do FBI. A política do Governo Carter de Direitos Humanos nasceu por causa do Brasil, sobretudo resultado dessa pressão promovida por setores progressistas estadunidenses. (GREEN, 2009)

Na campanha presidencial norte-americana de 1976, o candidato democrata, Carter, acusou o Partido Republicano de apoiar as ditaduras vigentes no Brasil e no Chile. Sua campanha apoiava o fim da ditadura e o restabelecimento da democracia, sobretudo o respeito aos direitos humanos.

Em visita ao Brasil em 1978, o presidente Carter discursou:

> Hoje estamos todos nos unindo num esforço global em prol da causa da liberdade humana e do Estado de Direito. Esta é uma luta que só será vitoriosa quando estivermos dispostos a reconhecer as nossas próprias limitações e a falarmos uns com os outros com franqueza e compreensão. (Folha de S. Paulo, 30-03-1978).

A defesa dos Direitos Humanos frente à Ditadura Militar Brasileira teve impacto nos rumos do governo militar. Essa mudança da Política Externa Estadunidense foi um dos fatores que contribuíram para a queda do Regime Militar, mas não deixa de representar uma influência da Política Externa Estadunidense sobre os rumos da Política Interna Brasileira mesmo sob o argumento da defesa dos Direitos Humanos. O presidente norte-americano Jimmy Carter fez uma visita de três dias ao Brasil. Nessa visita, ouviu relatos de violações dos direitos humanos no país. O Comitê Brasileiro pela Anistia criticou o apoio público que Carter terminou dando ao regime militar e entregou durante o encontro realizado em Brasília um dossiê com o histórico dos últimos 14 anos de ditadura, em que denunciava a existência de 10 mil brasileiros no exílio. Deste total, 122 haviam sido banidos por leis de exceção. (Universidade de Passo fundo, 2010).

O documento citava também os relatórios da Anistia Internacional em que constam os nomes de milhares de brasileiros torturados pelos órgãos policiais, dos quais centenas foram mortos e de 600 pessoas que tiveram seus direitos políticos cassados. Já os jornais norte-americanos Washington Post e The New York Times destacaram a forma fria com que Geisel recebeu Carter, devido às divergências entre ambos a questão direitos humanos e a oposição norte-americana à proliferação nuclear. (Universidade de Passo fundo, 2010).

A relação entre os dois países ficou tensa

quando, um ano antes dessa visita, a Primeira Dama estadunidense Rosalyn Carter contou ao presidente Geisel que esteve em Recife e ouviu de dois missionários, saídos da prisão, que haviam sido torturados. Geisel reagiu negativamente às palavras da Primeira–Dama estadunidense. Após esse incidente, cinco acordos militares entre os dois países foram cancelados. Principalmente após o Departamento de Estado norte-americano ter levado ao Congresso, um relatório sobre as torturas a presos políticos no Brasil. (Universidade de Passo fundo, 2011).

Geisel, em carta a Carter datada de 1974, mostra toda a sua divergência com Carter em relação a questão dos Direitos Humanos e deixa claro que o gesto do governo estadunidense é uma interferência na política interna do Brasil.

> No que concerne à questão dos Direitos Humanos, considera o Brasil que seu respeito constitui um dos principais deveres políticos e morais do Estado. Existem é claro, prioridades a serem atendidas para assegurar aos cidadãos o gozo pleno desses direitos, inclusive no que se refere a condições essenciais de desenvolvimento econômico e social do país. Não creio que sejam muito diferentes os nossos pontos de vista. O Brasil considera, porém, que a responsabilidade por determinar essas prioridades e por assegurar respeito àqueles direitos é do próprio Estado e não pode ser atribuído a outros Estados. Não faltamos com a nossa recuperação voluntária para o exame do assunto em foros internacionais, o que o Brasil recusa, e continuará acusando, é a intervenção de outros países em assuntos que

> considera internos, pois temos o dever para com o nosso povo de não lhes criar novas formas de dependência. (GEISEL, 1974)

Considerações finais

O apoio dos Estados Unidos à Ditadura Militar Brasileira foi amplo, envolvendo, como já foi visto, o ensino de técnicas de tortura à Polícia Civil de São Paulo e participando também da criação do *Esquadrão da Morte* através de seus órgãos de Estado como a *OPS-CIA*. Uma contradição com os ideias de liberdade, sobretudo à democracia da qual se consideram paladinos, Direitos Fundamentais expressos na Declaração dos Direitos Humanos da ONU. Por outro lado é preciso reconhecer a posição do povo dos Estados Unidos contra o Regime Militar no Brasil, o povo pressionou o Congresso Estadunidense, foi para as ruas e elegeram o presidente Carter para promover os Direitos Humanos frente às Ditaduras latino – Americanas. Este foi um dos fatores externos para o fim do Regime.

Bibliografia

Carter, Jimmy. Discurso do presidente Carter em visita ao Brasil, Folha de S. Paulo, 30-03-1978.http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_30mar1978.htm

CORRÊA, Marcos Sá. **1964: visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: LPM, 1977.

GEISEL, Ernesto. Presidente da República Federativa do Brasil. À sua excelência senhor Jimmy Carter. Presidente dos Estados Unidos da América. Arquivo Ernesto Geisel FGV-CPDOC - Cod: trb02481.0105 data 30.08.2008 EG PR 1974.06.07 http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.06.07

GREEN, James N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985 / James N. Green; tradução S. Duarte; prefácio Carlos Fico. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HELMS, Richard. **Testimony to the Committee ON Foreign Relations of the USA Senate**, U.S. Programs in Brazil, 05 de maio 1971. FOIA: Depoimento Helms.

HUGGINS, Martha. **Polícia e política.** Relações Estados Unidos/América Latina. - São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Amigo Americano. -** Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 12, n. 22, 1998.

ROUQUIÉ, A. O Estado militar na América Latina. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio à Castelo Branco**, 1930 – 1964. -7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

SKIDMORE, Thomas. SMITH, P. H. **Modern Latin America**. Oxford University Press, New York – Oxsford, 1984, pp. 419.

Universidade de Passo fundo. **29 de março de 1978- Comitê Brasileiro da Anistia denuncia ditadura**.http://historiaupf.blogspot.com/2011/03/29-de-marco-de-1978-comite-brasileiro.html retirado em 15-07-2011.

5

CAPARAÓ
A gênese da guerrilha no Brasil

Introdução

A decisão da direção do Partido Comunista Brasileiro pela via armada teve seus próceres ou uma primeira grande experiência em Caparaó no ano de 1966, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. Sucederam-na guerrilhas do Vale do Ribeira-SP, liderada por Carlos Lamarca e a guerrilha icônica de Araguaia-PA ou até mesmo a guerrilha urbana de Carlos Marighela, inimigo número um da Ditadura. Em tempos de Comissão da Verdade algumas certezas, muito embora o movimento guerrilheiro tenha sofrido uma derrota militar, obteve vitória política, afinal, pesam sobre a Nova República os corpos insepultos e perguntas perturbadoras. Sobretudo, as Forças Armadas Brasileiras ainda são

vistas com grandes desconfianças por amplos setores da sociedade civil, principalmente o setor jornalístico.

Em 2014 as investigações da Comissão da Verdade confirmam que o ex-deputado Rubens Paiva, assim como Edgar Stuart Angel (filho da estilista Zuzu Angel) foram mortos em instalações militares, porém a instituição militar ainda recusa admitir as violações aos Direitos Humanos cometidos em suas dependências. Alguns setores militares argumentam que as ações contra a guerrilha corresponderam a uma guerra interna, portanto as ações que praticaram foram legitimas, pois combatiam inimigos internos da pátria. O fato é que o trauma gerado pela tortura proveniente das perseguições, prisões e aniquilamento dos insurgentes causam ainda grandes oposições à instituição militar.

Este texto é mais uma resenha extemporânea de uma série de reportagens sobre a guerrilha do Caparaó publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo em 1980 e que estavam dentre algumas pastas da emeroteca da Biblioteca de Sorocaba – SP. Em 1980 sob o título *Caparaó, 13 anos depois*. A série de reportagens investigativas de Gilson Rebello ao jornal "O Estado de S. Paulo" exigiu que fossem percorridos quase dois mil quilômetros de carro e mais de trinta quilômetros a pé ou em lombo de cavalo na procura subsídios e informações sobre a presença dos guerrilheiros e soldados na região. Várias cidades foram visitadas como Guaçuí, Espera Feliz, Manhuaçu, Manhu-Mirim, Caparaó Novo e

Velho, Presidente Soares, Carangola, Dores do Rio Preto, Paraíso, Santa Maria, Forquilha do Rio, Pedra Menina.

Em breve introdução o jornalista escreve sua reportagem de uma forma romântica, lendária e episódica. Um indicativo é a escolha do título da reportagem: *A Guerrilha do Caparaó: uma versão mineira de Sierra Maestra.* Outro é a escolha da narrativa que conduz a um heroísmo ou *quixotismo* presente na guerrilha do Caparaó em alguns momentos tal como aquele em que afirma: c*om um antigo binóculo de campanha e sem coturnos, mapas, armas e fardas militares, o ex-guerrilheiro, Amadeu de Almeida Rocha, de 40 anos, vai começar mais uma vez a "Guerrilha do Caparaó" na divisa com Minas e o Espírito Santo* (RABELLO, p. 16, 17), ou seja, quando destaca a ausência de coturnos, mapas e armas (no momento em que Amadeu Rocha retomou a guerrilha) está conferindo uma imagem heróica ao guerrilheiro Amadeu.

Ainda sobre a reportagem em questão, sobretudo, em relação ao título, ou seja, a *versão mineira de Sierra Maestra.* Rabelo (1980) destaca o Diário de Campanha da Guerrilha do Caparaó onde é revelada a suspeita da presença ali de Ernesto "Che" Guevara, o que faria com que essa guerrilha assumisse aspectos "mitológicos" (RABELLO, 1980, p. 16, 17). Em seguida faz uma chamada para a série de reportagens semanal sobre a Guerrilha do Caparaó: *Durante uma semana, todo o roteiro da guerrilha, as marchas pelo mato, as*

rotas de fuga, os acampamentos, a estrutura do movimento, as prisões, o cerco militar, o fim da ação armada...

O início

A Guerrilha do Caparaó é considerada a primeira guerrilha visando à derrubada do regime militar, no caso, o Governo Castelo Branco (1964-1967) (RABELO, 09/02/1980, p. 10). Na região chamada *Tronqueira,* a 2.300 metros de altitude, quase na divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais, pode ser encontrada uma casa de pedra. Amadeu Rocha afirma que foi realizada ali a primeira reunião do "MNR". Essa casa de pedra situa-se na subida do Pico da Bandeira. (RABELO, 07/02/1980, p. 22). No dia 06 de novembro de 1966, 14 homens armados fizeram uma reunião no alto da Serra do Caparaó, definidos como revolucionários marxistas-leninistas. Suas marchas e manobras se estenderam por 150 dias e ocupou diversos acampamentos como os de "Macuco", "Escada", "Tatu" e "Cristal". Suas doações vieram do exterior e de simpatizantes, assim compraram armas e mantimentos. Quando o grupo foi preso, seus captores encontraram uma metralhadora 45 de uso exclusivo das Forças Armadas, uma espingarda Winchester 44, uma carabina alemã, um revolver 45, um punhal, dois binóculos, quatro bussolas e material para a fabricação de explosivo.

O documento escrito sobre a Guerrilha do Caparaó é o *Diário de Campanha de Amaranto.* Diário

escrito pelo guerrilheiro Amaranto Jorge Moreira Rodrigues e abrange o período entre 26 de novembro de 1966 a 18 de janeiro de 1967, dois meses antes da prisão do grupo. Inicialmente Amaranto escreve sobre as razões que os conduziram a via armada a qual chama de *violência revolucionária*:

> Todos os caminhos que possuíam um mínimo de possibilidade de probabilidade de conduzir a Nação Brasileira á sua almejada liberdade foram destruídos pela ditadura, restando apenas responder com violência revolucionária à violência reacionária. (AMARANTO, 1980).

Na sequência Amaranto relata os pseudônimos de seus companheiros e destaca a origem militar deles, assim como a liderança do guerrilheiro de codinome Alexandre.

> Objetivando iniciar de imediato o processo armado da RB, um grupo de 14 homens (Alexandre, Cláudio, Alencar, Márcio, Marcelo, João, André, Pedro, Nemésio, Sérgio, Januário, Lino, Roberto e Henrique, este último ausente por estar cumprindo tarefa na cidade). Esta reunião, cujos componentes são ex-militares, em sua maioria e civis, todos revolucionários e marxistas leninistas, foi iniciada e dirigida a partir das 20 horas pelo companheiro Alexandre que já desde algum tempo vinha liderando a maioria destes homens em sua luta antiditatorial e

> consequentemente preparo deste núcleo guerrilheiro. (AMARANTO, 1980).

O documento revela aspectos da organização, por exemplo, os que chegavam para engrossar o contingente guerrilheiro recebiam o que chamaríamos hoje vulgarmente de "kit" que consistia em:

> ...uma mochila, um toldo de "nylon", uma rede de "nylon", um cobertor, um macacão de lã, um gorro, um par de coturnos, um par de luvas, um abrigo de "nylon", um conjunto de calça, lusa e meia, um cinto-cartucheira de "nylon" um cinto de lona, uma marmita, um jogo de talheres, um par de tênis. (AMARANTO, 1980).

Essas informações descritas no *Diário de Amaranto* nos permitem pensar sobre o nível de organização, assim como o provimento de recursos destinados aos equipamentos e acessórios necessários para a organização da guerrilha. O diário relata ainda o processo de adaptação dos guerrilheiros à vida no campo:

> Material coletivo: Acostumados como estávamos com a vida na cidade, ainda que clandestina nestes dois últimos anos, é difícil adaptarmos á vida no

> campo. As condições do terreno, o clima frio e úmido, a ausência de conforto proporcionado por uma casa, mesmo humilde, contrasta violentamente com o que estávamos acostumados. Despendemos esforços no sentido de superarmos estes obstáculos e, tendo-se em consideração as lacunas abertas por estes fatos, pode-se dizer o moral bom da tropa. Ainda que muitos companheiros queixem-se de não saberem dormir nas redes, reclamam do frio (estamos na primavera e a temperatura a noite desce com frequência a 17 graus), escorreguem nas pedras do "Rio das Cabras" (tão contrastante com as belas calçadas da cidade em que vivíamos), sintam pesados os coturnos e chorem com a fumaça do fogão de lenha improvisado, nada disso impede de que a camaradagem mútua, o bom humor e a disposição de luta nos distancie, o que pressagia para o futuro bem próximo um grupo excelente e uno. (AMARANTO, 1980).

Localização

Na área de divisa entre Minas Gerais e o Espírito Santo, em uma faixa de 1.300 metros de altitude com 77 quilômetros de extensão foi considerada ideal para o treinamento da guerrilha. O Comando foi entregue ao ex-sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Esse é a ponta de lança para a estruturação do movimento cabendo ao professor Boiteaux e a Amadeu Rocha integrarem o comando nacional. Considerando necessária a elaboração de um jornal criaram *O*

Levante, primeiro jornal clandestino da luta armada no Brasil. Esse jornal teve somente uma primeira edição e um primeiro número, seu editorialista foi o escritor Otto Maria Carpeaux. (RABELO, P. 12, 1980).

O Povo de Caparaó e a guerrilha

A reportagem do jornal O Estado de S. Paulo do dia 07.02.1980 expressa o título: *A vida com medo de tudo e de todos* é iniciada com a reportagem do Jornal da Tarde de 1967.

> Algumas famílias de fazendeiros, que vivem perto da cidade de Caparaó Velho, na zona onde foram presos guerrilheiros, começaram ontem a abandonar suas casas: está correndo um boato de que a região seria bombardeada (Jornal da Tarde 11/04/67).

Os jornais da época evidenciam o medo vivido pela população local e não era para menos, afinal muitos deles, apesar de inocentes foram presos e outros torturados. A esse respeito o coronel Ralph Grünewald Filho, afirma:

> Precisamos fazer uma operação pente fino no local, pois não podíamos correr o risco de deixar guerrilheiro livre. (RABELLO, 1980, p. 22)

Segundo o fazendeiro José Marques de Abreu, o povo da região ficou "entre a cruz e a espada", pois tinham medo de sofrer represálias tanto dos soldados quanto dos guerrilheiros, mas registra que somente o Exército cometeu violências contra pessoas de sua comunidade. José Marques fala sobre os casos envolvendo a tortura de cidadãos do lugar.

> Aconteceu com o filho de Luiz Oliveira. O rapaz não sei porque cargas d'água, foi acusado de ser guerrilheiro e sofreu o diabo. Foi torturado a golpes de tijolo, pisado, queimado com cigarro, queriam a todo custo ele falasse, ele não sabia de nada. A família dele ficou desacorçoada que acabou mudando daqui. (RABELLO, 1980, p. 22, 23).

O fazendeiro Luiz Faria da Silva, na época morador de *Dores do Rio Preto* que fica na região de divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo conta

sobre a violência praticada pelo Exército em relação à população local:

> Estava na minha propriedade quando chegou um tenentinho e foi logo dando voz de prisão: "vamos embora que dessa o senhor não escapa". (RABELLO, 1980, p. 22, 23).

Eles queriam saber sobre as cartas provenientes do Rio de Janeiro que o Sr. Luiz entregava aos moradores da cidade. Foi liberado quando mostrou o teor delas, ou seja, cartas que continham assuntos particulares e que não possuíam nenhuma relação com a guerrilha.

Leonel Brizola e a Guerrilha Caparaó

Segundo o texto do relatório do Exército Brizola era

> O chefe principal dos guerrilheiros de Caparaó que se preparavam para estender suas ações até a Serra dos órgãos, como parte de um plano para a deflagração de outros movimentos em todo o país. Os guerrilheiros teriam recebido instruções de guerrilha de um sítio do ex-deputado em Pando, Uruguai, e, em Cuba, num campo de treinamento próximo a "Pinar Del Rio" (RABELLO, 1980, p. 10, 11. Apud texto relatório do Exército

> publicado pelo Jornal do Brasil na edição de 13/08/1967).

O ex-governador Leonel Brizola nega ao afirmar que apenas colaborou com a Guerrilha do Caparaó e afirma ainda que nunca acreditou na ação da guerrilha:

> Nunca acreditei na ação da guerrilha como processo de luta possível contra o regime no Brasil, por sua inviabilidade. (RABELLO apud BRIZOLA, 1980, p. 10, 11).

Porém afirma que a Guerrilha do Caparaó foi planejada no exílio e tinha como objetivo a derrubada do sistema político vigente no Brasil, assim era necessário a formação de um grupo civil-militar visando uma insurreição militar. Ao final afirma que resolveu não defender a guerrilha devido à sua inviabilidade, embora continuasse ajudando aqueles que se propunham a combater o Regime Militar pela via armada.

A reportagem utiliza os depoimentos do ex-guerrilheiro Amadeu Rocha que afirma ser, a base de Caparaó, formada por ex-militares cassados no governo Castello Branco (1964-1967) e políticos do Partido Comunista do Brasil também cassados e alijados do sistema político pelo regime e que defendiam a solução armada. Afirma Rocha:

> Apesar de não ignorarmos a realidade imposta pelo regime de 64, acreditávamos possibilidade de barrá-lo por meio de um amplo movimento de massa. Éramos de opinião que a oportunidade mais propicia seria a das eleições para governador dos Estados, quando poderíamos ir ao povo diretamente e pregar o restabelecimento da democracia. (ROCHA apud RABELLO, 1980, p. 12).

Essa parece ser uma crença dos movimentos guerrilheiros de que o povo tomaria consciência e em sua revolta e apoiaria os insurgentes, mas o povo foi o seu delator, ou seja, apoiou os agentes da repressão defendendo uma ordem política oficial.

Considerações Finais

A guerrilha do Caparaó merece destaque, pois foi a primeira guerrilha contra a Ditadura Militar organizada em 1966. Antes do Ato Institucional n° 5 de 1968 que representou o endurecimento do regime com suspensão de *habeas corpus* e fechamento do Congresso Nacional. A Guerrilha do Caparaó nos permite concluir que via armada fora decidida nos primeiros anos do regime militar. Estabeleceu, sobretudo, uma continuidade aos anos posteriores, principalmente nos movimentos armados dos anos 70.

Os guerrilheiros tinham a ilusão de que o povo tomaria consciência de sua exploração e se insurgiria contra o governo ditatorial. Certamente não parece descabida a hipótese de que foi a ausência de apoio

popular uma das causas da derrota precoce dos grupos guerrilheiros. No Brasil a adesão popular aos movimentos guerrilheiros não existiu. O fato é que os movimentos armados contra o Regime Militar e seu sacrifício revelaram toda a brutalidade do aparato militar-policial e essa brutalidade trouxe muita indignação, sobretudo os desaparecimentos impediram que as feridas fossem fechadas devido a angustia das famílias que passaram suas vidas em busca de respostas, exercendo pressão. Os torturados denunciaram seus algozes que continuam impunes. A Comissão da Verdade, tanto a nacional quanto as estaduais trouxeram documentos, elucidações de desaparecimentos como o do ex- deputado Rubens Paiva e Edgard Stuart Angel, filho da ex-estilista Zuzu Angel também vítima do Regime.

Neste momento rememorar a Guerrilha do Caparaó não é importante somente por ser a primeira, sobretudo para que não seja um acontecimento esquecido em tempos de Comissão da Verdade, certamente este não é um dos capítulos mais comentados sobre a luta contra a Ditadura e por isto mesmo merece ser mencionado.

A via institucional

A via institucional de combate á Ditadura Civil-Militar foi predominante no processo de abertura "lenta", "gradual" e "segura" conduzida pelo

Governo Ernesto Geisel (1975-1979). Existe uma repulsa generalizada em relação à atuação do MDB, considerado historicamente o partido do *sim senhor*. Isto é uma meia verdade, afinal é inegável que o MDB pressionou o processo de abertura vislumbrado por Geisel e impôs a seu projeto grandes derrotas eleitorais. Esses acontecimentos fizeram com que Geisel impusesse ao sistema eleitoral a Lei Falcão, o que impedia o candidato de falar. Essa lei restringia a campanha eleitoral (aos cargos na Câmara dos Deputados e ao Senado Federal) à exibição de fotos do candidato e a leitura de um breve texto lido por um narrador e previamente autorizado pela censura.

Fontes:

MOREIRA, Amaranto Jorge Rodrigues. ***Diário de Amaranto.*** *In*: RABELO, Gilson. *Malogra a campanha Lott. É o começo.* O Estado de S. Paulo 06/02/1980. P. 12.

REBELLO. Gilson, **A Grande Manobra e a Morte do Guerrilheiro.** *In***:** O Estado de S. Paulo 08.02.1980, p.12-13. Dossiê: A Guerrilha do Caparaó: uma versão mineira de Sierra Maestra.

REBELLO. Gilson, **Os personagens do movimento.** *In***:** O Estado de S. Paulo 09.02.1980, p.10-11. Dossiê: A Guerrilha do Caparaó: uma versão mineira de Sierra Maestra.

_____. **De volta à montanha por onde a guerrilha passou.** *In***:** O Estado de S. Paulo 07.02.1980, p.22-23. Dossiê: A Guerrilha do Caparaó: uma versão mineira de Sierra Maestra.

REBELLO. Gilson, **Caparaó, 13 anos depois.** *In***:** O Estado de S. Paulo 05.02.1980, p.16-17. Dossiê: A Guerrilha do Caparaó: uma versão mineira de Sierra Maestra.